



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM ENSINO DE CIÊNCIAS
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO DE CIÊNCIAS**

Nilópolis

STELLA BARBARA SERODIO PRESTES

**AS ABORDAGENS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
BRASILEIRA: PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS DA ÁREA DE ENSINO**

Nilópolis-RJ

2021

Stella Barbara Serodio Prestes

**AS ABORDAGENS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRODUÇÃO
CIENTÍFICA BRASILEIRA: PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS DA ÁREA DE
ENSINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, modalidade acadêmica, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Flavia Monteiro de Barros Araújo

Nilópolis-RJ

2021

PRESTES, Stella Barbara Serodio

As abordagens sobre a Educação Sexual na produção científica brasileira: publicações em periódicos da área de Ensino. 2021. 80p.

Orientadora: Prof. Dsc. Flavia Monteiro de Barros Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências – Programa de Mestrado em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2021.

1. Educação Sexual 2. Produções acadêmico-científicas 3. Análise de conteúdo I. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Programa de Mestrado em Ensino de Ciências II. Orientadora Prof. Dsc. Flavia Monteiro de Barros Araújo. III. As abordagens sobre a Educação Sexual na produção científica brasileira: publicações em periódicos da área de Ensino.

Stella Barbara Serodio Prestes

**AS ABORDAGENS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA
BRASILEIRA: PUBLICAÇÕES EM PERIÓDICOS DA ÁREA DE ENSINO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino em Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, modalidade acadêmica, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Ensino de Ciências.

Data da aprovação: _____

Prof^a. Dr^a. Flávia Monteiro de Barros Araujo – Presidente da Banca
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof^a. Dr^a. Valéria da Silva Vieira – Membro Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ

Prof^a. Dra^a. Cláudia Márcia Borges Barreto – Membro Externo
Universidade Federal Fluminense – UFF

Nilópolis-RJ

2021

Ao meu filho Samuel.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Prof^ª. Dr^ª. Flávia Monteiro de Barros Araujo pela confiança, acolhimento, estímulo e o acompanhamento na confecção deste trabalho.

A banca examinadora a atenção e a contribuição dedicada a este estudo. Em especial a Prof^ª. Dr^ª. Valéria da Silva Vieira, visto que participou com carinho, desde o primeiro momento decisivo da minha entrada e minha estada no programa de Mestrado.

Aos meus amigos advindos do programa, pela união dentro e fora do curso assim como os cuidados e ajuda durante as aulas em meu “estado interessante”.

À minha mãe, por estar comigo em todos os momentos da minha vida, por sempre me levar a eventos de Ciência e Cultura, despertando em mim a curiosidade e a criatividade bendita e inerente dos Educadores e dos Cientistas.

Ao meu marido, companheiro da jornada da vida e cúmplice no caminho da Educação e da Ciência. Leonardo Cotts, que nunca falte açúcar no nosso café! Esta é mais uma de muitas conquistas nossas. Obrigada por me amparar, me confortar e me dar “aquele empurrãozinho”.

Ao meu filhote que me acompanhou nas aulas e apresentações desde embrião e nos mostra todos os dias o maior amor do mundo.

Aos Cientistas, Educadores, Médicos, Enfermeiros, Agentes de saúde e etc, que dedicam suas vidas em prol da saúde, principalmente em períodos sombrios como os vividos na pandemia atual.

PRESTES,S.B.S. *As abordagens sobre a Educação Sexual na produção científica brasileira: publicações em periódicos da área de ensino*. 80 p..Trabalho de conclusão de dissertação Programa de Pós-Graduação Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo mapear e analisar a produção acadêmico-científica sobre Educação Sexual, publicada em periódicos especializados da área de Ensino, em forma de artigos científicos, no período de onze anos, compreendido entre a implantação do Programa Saúde na Escola [PSE] 2007 e 2018, um ano após a homologação da Base Nacional Curricular pelo Conselho Nacional de Educação. Deste modo, identificamos os principais debates, concepções e abordagens promovidas por pesquisadores que tiveram visibilidade no campo da comunicação científica, em publicações veiculadas, especificamente, em Periódicos Qualis-Capes A1 (Web Qualis), ou seja, em 145 ISSNs (triênio 2014-2016). Este estudo, de caráter bibliográfico, realiza uma análise de conteúdo dos artigos identificados e organizados a partir de palavras-chave. O inventário e exame das principais discussões, busca contribuir para a formação do pesquisador/educador nas concepções pedagógicas, práticas e filosóficas que norteiam seu trabalho. As publicações brasileiras dedicam-se, em grande parte, ao público fora do espaço escolar (e.g. postos de saúde e hospitais). Assim como, a entender o comportamento e as publicações de artigos e livros em relação a gênero de forma binária. Os trabalhos voltados para o público adolescente e adulto também buscam entender o comportamento em relação as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), possuindo foco na AIDS. A representatividade de métodos e formatos para aulas e abordagens sobre qualquer tema dentro da Educação Sexual são muito escassos.

Palavras-chave: Educação Sexual; Produções acadêmico-científicas; Análise de conteúdo.

PRESTES, S.B.S. *As abordagens sobre a Educação Sexual na produção científica brasileira: publicações em periódicos da área de ensino*. 80 p. Trabalho de conclusão de dissertação Programa de Pós-Graduação Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino de Ciências), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), Campus Nilópolis, Nilópolis, RJ, 2021.

ABSTRACT

This research aims to map and analyze the academic-scientific production on Sexual Education, published in specialized journals in the area of Education, in the form of scientific articles, in the period of eleven years, between the implementation of the Health at School Program [PSE] 2007 and 2018, one year after the National Curricular Base was approved by the National Education Council. In this way, we identified the main debates, concepts and approaches promoted by researchers who had visibility in the field of scientific communication, in publications published, specifically, in Qualis-Capes A1 Journals (Web Qualis), that is, in 145 ISSNs (triennial 2014-2016). . This study, of bibliographic character, performs a content analysis of the articles identified and organized based on keywords. The inventory and examination of the main discussions seeks to contribute to the formation of the researcher / educator in the pedagogical, practical and philosophical concepts that guide his work. Brazilian publications are dedicated, in large part, to the public outside the school space (e.g. health centers and hospitals). As well as, to understand the behavior and publications of articles and books in relation to gender in a binary way. The works aimed at the adolescent and adult audiences also seek to understand the behavior in relation to Sexually Transmitted Infections (STIs), focusing on AIDS. The representativeness of methods and formats for classes and approaches on any topic within Sex Education are very scarce.

Keywords: Sexual education; Academic-scientific productions; Content analysis.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL	19
2.2 EDUCAÇÃO SEXUAL	29
2.3 SEXUALIDADE	31
2.4 GÊNERO	33
2.5 GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA	35
2.6 INFECÇÕES/ DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	37
3 METODOLOGIA	40
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	44
4.1 PRESENÇA X AUSÊNCIA	45
4.2 NACIONALIDADE	46
4.3 ANO DE PUBLICAÇÃO	48
4.4 TIPO DE EDUCANDO	49
4.5 TIPO DE PESQUISA /ÁREA DE ESTUDO	52
4.5.1 Explicação teórica	52
4.5.2 Análise histórica	53
4.5.3 Análise avaliativa	54
4.5.4 Análise investigadora	55
4.6 ELEMENTOS RELACIONADOS	56
4.6.1 Relações de gênero	56
4.6.2 Violência / Abuso	57
4.6.3 Raça/Etnia	58
4.6.4 IST	59
4.6.5 Homofobia	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
6 REFERÊNCIAS	66
ANEXO	82

TABELAS E GRÁFICOS

Tabela.	Número por extrato Qualis/Capes, baseado na Plataforma Sucupira, data da quantificação: 28 de setembro de 2018.	40
Gráfico 1.	Presença (em verde) e ausência (em azul) das palavras-chave nos periódicos avaliados	45
Gráfico 2.	Artigos brasileiros (em verde) e estrangeiros (em azul) nos periódicos avaliados	46
Gráfico 3.	Presença de publicações em 11 anos	48
Gráfico 4.	Tipo de educando	49
Gráfico 5.	Variação do tipo de pesquisa	52

ABREVIATURAS E SIGLAS

AC- Análise de Conteúdo

AIDS- Síndrome da imunodeficiência adquirida

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CNE – Conselho Nacional de Educação

DST- Doença Sexualmente Transmissível

DSTs- Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA- Ensino de Jovens e Adultos

EM- Ensino Médio

EF – Ensino Fundamental

HIV- Vírus da Imunodeficiência Humana

IST- Infecção Sexualmente Transmissível

ISTs- Infecções Sexualmente Transmissíveis

JETERPS - Journal of Emerging Trends in Educational Research and Policy Studies

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBTQ- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Queer

LGBTT- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

MEC – Ministério da Educação

MS – Ministério da Saúde

OMS- Organização Mundial de Saúde

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PCNEM- Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio

PSE- Programa Saúde na Escola

SUS- Sistema Único de Saúde

TT – Temas Transversais

APRESENTAÇÃO

Em 2014 atuei em escolas particulares do Rio de Janeiro, lecionando a disciplina de Biologia, minha área de formação. No meio do mesmo ano, fui aprovada para área técnico-administrativa do Colégio Pedro II. Nesse período, pude conviver com adolescentes de 12 a 18 anos, em ambiente escolar, mas fora da sala de aula. Neste contexto, percebi o profundo desconhecimento destes jovens acerca das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e, ainda, sobre comportamentos de risco. Embora as estatísticas evidenciassem a dimensão do problema e a disseminação das ISTs entre os mais jovens, observava que o tema ocupava um lugar modesto no currículo do Ensino Médio e Fundamental. A preocupação com a situação motivou minha curiosidade e o interesse em desenvolver estudos sobre o assunto.

Em 2016 concluí o projeto de curso da especialização nomeado “Análise da informação científica na *Web*: o que dizem os *bloggers* sobre o HPV”. Nos estudos empreendidos para elaboração de minha monografia, pude apreender que os adolescentes, assim como a população brasileira em geral, possuem muitos tabus e preconceitos em relação as ISTs, e que as medidas preventivas governamentais para a prevenção são muito focadas em AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida) e no controle de natalidade.

Ao iniciar mestrado, devido a minha curiosidade sobre Educação Sexual, inventariei diversos livros e artigos e me deparei com o artigo “Produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual” (FIGUEIRÓ, 1996); nele a autora aponta diversas características das pesquisas publicadas em periódicos, no período de 1980-1993, sobre a Educação Sexual no Brasil. Ao lê-lo notei diversas semelhanças com artigos recentes. Esta etapa exploratória, que teve como objetivo mapear as discussões existentes na literatura acadêmica sobre o tema, suscitou meu interesse em empreender o exame de periódicos mais recentes, tendo em vista a análise das abordagens veiculadas nos debates. Figueiró (1996), assim como outros trabalhos da mesma autora (1998, 2006a, 2006b, 2010, 2020), constituíram fontes teorização e inspiração para realização deste trabalho que, entretanto, procura avançar na análise e compreensão da produção acadêmica sobre a temática. Espero, assim, contribuir para o aprofundamento das reflexões sobre a Educação Sexual, reiterando sua importância para formação cidadã no contexto brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

Ao se falar em sexo e sexualidade é comum encontramos o despreparo e diversos preconceitos, resultantes de uma sociedade repressora que ainda associa sexualidade ao pecado e ao proibido (FIGUEIRÓ, 2006a). Incluído nesses tabus estão as Infecções ou as Doenças Sexualmente Transmissíveis (ISTs/DSTs). Segundo Medeiros *et al.* (2017) “o Brasil enfrenta atualmente uma epidemia de Sífilis e, de acordo com Ministério da Saúde, o número de pessoas infectadas aumentou 32,7% entre 2014 e 2015”, doença que a princípio havia sido controlada. Paiva, Antunes e Sanchez (2019) corroboram tal constatação, apontando o crescimento da AIDS entre os jovens, associado tal aumento a discursos morais presentes similares aos da ditadura civil-militar, tendo como consequência a descontinuidade de programas de prevenção criados nos anos 1990. Associadas a estas características, Codes *et al.* (2006) e Camargo e Botelho (2007) afirmam que a internet e televisão são as principais fontes de informação sobre a IST/AIDS, mesmo que veiculem informações de procedência científica duvidosa e apresentem atitudes menos favoráveis para a prevenção de alguma doença, contribuindo para a proliferação de equívocos e, conseqüentemente, para o aumento da contaminação.

A Educação Sexual, tanto no ensino formal, quanto informal tem como um de seus objetivos o alerta, a prevenção e o meio de denúncia de casos de abusos (SPAZIANI e MAIA, 2015). A educação da população acerca do sexo e sexualidade, desde as idades mais tenras, contribui para formação de uma população mais esclarecida acerca de métodos contraceptivos e de prevenção das mais diversas ISTs, diminuindo o impacto que estas causam na saúde pública. A sexualidade faz parte da vida das pessoas e se manifesta desde cedo. A família desempenha um papel muito grande na formação das crianças, pois, numa ação educativa carregada de valores, e muitas vezes de crenças religiosas, proíbe, orienta ou mesmo silencia sobre o assunto. É no interior das casas que as primeiras noções vão sendo construídas, que comportamentos são moldados. Ao mesmo tempo em que a sexualidade se faz presente e tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois:

(...) além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas. Manifesta-se desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida. Além disso, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. (BRASIL, 1997, pg.295)

Outro ponto discutido, mas muitas vezes esquecido, é que a Educação Sexual é uma ferramenta eficiente para a prevenção de abuso infantil e violência domiciliar, problemas recorrentes e desafiadores que impactam a vida das crianças causando traumas e sofrimentos. Estas discussões permeiam o dia-a-dia dos estudantes e se refletem na escola, caixa de ressonância, que observa as ocorrências, encaminha para os setores competentes, mas que nem sempre consegue responder aos questionamentos de crianças e jovens, desenvolvendo um trabalho que contribua para a formação, o esclarecimento e a saúde reprodutora dos educandos. Pesquisas demonstram que a gravidez precoce tem efeitos sobre a vida escolar das meninas que acabam, de forma frequente, abandonando seus estudos e reproduzindo a situação de pobreza familiar.

No Brasil, no final do último século, a Educação Sexual ganhou destaque no contexto das reformas educacionais implementadas, a partir da década de 1990, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/1996 (BRASIL, 1996). Em seu art. 22 a lei estabeleceu que educação básica tem como finalidade garantir “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. A LDBEN destacou ainda a necessidade de oferecer a todos a formação básica comum, a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino. Em decorrência do novo quadro legal, o Conselho Nacional de Educação¹ (CNE) formulou diretrizes curriculares para todas etapas escolares, orientando os sistemas de ensino quanto a aplicação das novas normas que, naquele momento, suscitavam dúvidas para sua implantação.

Neste contexto, o Ministério da Educação formulou os Parâmetros Curriculares Nacionais [PCN] (BRASIL, 1996; 1999) que estabeleceram referenciais para o desenvolvimento do currículo em território nacional. Os PCN elencaram um conjunto de temas: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual que deveriam ser trabalhados de forma transversal ao currículo escolar. O objetivo era incluir questões relevantes do ponto de vista social, preparando o aluno para o exercício da cidadania e a sua inserção numa sociedade democrática. Os temas foram selecionados com base nos seguintes critérios: urgência social, abrangência social, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental,

¹ O atual Conselho Nacional de Educação-CNE é órgão colegiado que integra do Ministério da Educação e foi criado pela Lei 9.131, de 25/11/95, com o objetivo de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação. Informações disponíveis no <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

favorecer a compreensão da realidade e a participação social (BRASIL, 1996). De acordo com os PCN:

O trabalho de Orientação Sexual visa propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. Seu desenvolvimento deve oferecer critérios para o discernimento de comportamentos ligados à sexualidade que demandam privacidade e intimidade, assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola. Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS. (BRASIL, 1997 c, p. 28)

Com os PCN a discussão sobre a sexualidade ganhou um espaço maior no currículo da escola básica. Contudo, a temática se apresentava ainda fortemente atrelada às Ciências Naturais e a Biologia (MEDEIROS *et al.*, 2017), pois nestas disciplinas é abordado diretamente o conteúdo que versa sobre sistema reprodutor e excretório.

A pesquisa acadêmica vem avançando e sinaliza para os desafios e lacunas existentes. A temática, contudo, é objeto constante de polêmicas, de paixões que identificam no avanço dos debates uma ameaça ao poder da família e a determinados valores religiosos. É necessário, portanto, compreender quais abordagens são dominantes no campo da Educação Sexual e quais as concepções que os orientam para que possamos aprofundar as iniciativas existentes.

Ressalto que este projeto de investigação consiste na análise de conteúdo da produção artigos científicos brasileiros cujos temas estejam diretamente relacionados com a Educação Sexual, publicados no período de 2007-2018. O estudo constitui o que a literatura denomina de “estado do conhecimento”. De acordo com Ferreira (2002) as pesquisas conhecidas como “estado da arte” ou “estado do conhecimento”:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (p. 258).

Romanowski e Ens (2006) definem a diferença de “estado da arte” e “estado do conhecimento”:

[...] estudos de “estado da arte” que objetivam a sistematização da produção numa determinada área do conhecimento. [...] os estudos realizados a partir de uma sistematização de dados, denominada “estado da arte”, recebem esta denominação quando abrangem toda uma área do conhecimento, nos diferentes aspectos que geraram produções. Por exemplo: para realizar um

“estado da arte” sobre “Formação de Professores no Brasil” não basta apenas estudar os resumos de dissertações e teses, são necessários estudos sobre as produções em congressos na área, estudos sobre as publicações em periódico da área. O estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado vem sendo denominado de “estado do conhecimento” (p. 39).

Na pesquisa, busca-se apresentar os principais debates sobre a Educação Sexual na última década veiculados em periódicos classificados como A1 no Qualis/Capes², considerados de maior relevância no campo acadêmicos. Neste esforço que busca mapear a produção acadêmico-científica, esperamos apreender os principais enfoques, temas e lacunas presentes no debate sobre Educação Sexual.

Tendo em vista o número extenso de artigos, e o tempo estabelecido para realização da pesquisa, foi necessário estabelecer critérios que delimitassem o período focalizado neste estudo. Em 2007, o Ministério da Educação (MEC), em associação ao Ministério da Saúde instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE)³ com objetivo de contribuir para o trabalho desenvolvido pelas redes públicas por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, incluindo temática da saúde sexual e reprodutiva no projeto político pedagógico das escolas (LIMA, 2012). Este programa objetiva articular educação e saúde no âmbito da escola básica. Nos documentos do PSE, destaca-se que compete à escola, em associação com a família, desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que contribua para promoção da saúde dos jovens educandos. Assim, tendo em vista que o PSE constituiu uma importante iniciativa, consideramos como marco inicial a sua implantação em 2007. Como marco final, tomamos o ano de 2018, um ano após a homologação da Base Nacional Curricular (BNCC) que retirou de seu texto as menções as questões de gênero e sexualidade, suspendendo a orientação sexual da formação escolar brasileira, que seguia prevista desde os PCNs, mesmo que, dentro de uma perspectiva biológica (BRAGA, 2006). Segundo Nascimento e Chiaradia (2017), é preciso questionar:

Que forças promovem a indicação de supressão do tema orientação sexual do ambiente escolar no ensino fundamental brasileiro? É por meio dela que procuraremos pensar a fabricação social e histórica de uma subjetividade que implanta determinada verdade normalizadora, na qual se afirma que entrar em contato com o tema da sexualidade seria algo perigoso, ameaçador, algo que constrange. Como se conhecer esse tema, discuti-lo, fosse promover práticas consideradas impróprias, como se esse conhecimento, visto como antecipado e inadequado, gerasse práticas sexuais indesejáveis, ou acelerasse desejos que

² A classificação no Qualis Periódicos é adotada no Brasil para avaliar os periódicos acadêmicos, de acordo com as áreas do conhecimento adotadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes). O Programa Saúde na Escola (PSE) foi estabelecido pelo Decreto federal nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007.

só deveriam ocorrer em um momento normalizado, enquadrado e pré-estabelecido (p.101).

Embora se observem avanços na última década em torno desta temática, o debate ainda necessita de tratamento mais aprofundamento na formação dos jovens da escola básica. Destaca-se que além do expressivo número de meninas grávidas, de adolescentes que acabam vulneráveis a doenças sexualmente transmissíveis, ainda encontramos diversos tabus e preconceitos que cercam a Educação Sexual, sobretudo no ambiente escolar, como também o predomínio de abordagens “biologizantes” que desconsideram questões históricas, sociais e culturais.

A crescente discussão sobre a legitimidade de se abordar, ou não, gênero e sexualidade nas escolas vem motivando polêmicas nos meios de comunicação e na sociedade em geral. Ilustrando a ideia, lembramos dos acalorados debates que envolveram a elaboração e aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com o Resolução CNE/CP nº 2 que retirou do texto as menções as questões de gênero e sexualidade. A análise das publicações em periódicos da área pode contribuir para compreensão dos grandes eixos, concepções e ausências que orientam os debates sobre um tema de tanta pertinência social e educacional. Assim, com base em Figueiró (1996; 1998; 2006a; 2006b), questionamos:

- ✓ Mapear a produção acadêmica-científica sobre Educação Sexual, na área de Ensino, nos 11 anos posteriores ao Programa Saúde na Escola no que tange as concepções, abordagens, debates e lacunas existentes? ok

Essa investigação tem como objetivo geral:

- ✓ Analisar a produção científica sobre a Educação Sexual implementada na área de Ensino (dentro e fora do contexto da escola básica brasileira), divulgada em periódicos acadêmicos especializados no período que se estende de 2007, quando é implantado o Programa Saúde na Escola (2007), até 2018, um ano após a publicação da Resolução CNE/CP nº 2, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular.

E como objetivos específicos, destacamos:

- analisar a abordagem em relação a Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), sexualidade e concepção presente na produção acadêmica veiculada em periódicos especializados;

- recuperar de forma sucinta, a história da Educação Sexual na escola brasileira, destacando as principais iniciativas traduzidas em legislações, políticas e programas;
- inventariar o conteúdo da produção científica, reunindo documentos sobre Educação Sexual na escola básica, publicados em periódicos brasileiros-Qualis/Capes A1.

Essa dissertação está disposta em sete capítulos, dispostos em: Apresentação, Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia, Resultados e Discussão e Considerações Finais.

Na Fundamentação Teórica, terceiro capítulo, é apresentada conceitos pertinentes a análises dos artigos são estes: panorama histórico da Educação Sexual no Brasil, teorias que fundamentam a Educação Sexual, os conceitos de sexualidade e gênero, como sexualidade e gênero são encarados no âmbito escolar e ISTs. No Capítulo 4 é apresentada a metodologia adotada para a pesquisa, discorrendo sobre desenvolvimento das etapas de delimitação de artigos, palavras-chaves, identificação e análises dos artigos. Os resultados e discussões são apresentados do quinto capítulo. Esta etapa da dissertação está dividida em subseções com as distribuições dos artigos de acordo com Presença x Ausência da Educação Sexual na publicação, o ano que foi publicado, nacionalidade (se é brasileiro ou não), Tipo de educando, Tipo de pesquisa/estudo e Elementos relacionados (tema relevante apresentado justaposto a Educação Sexual no artigo). Por fim, o capítulo 7 apresenta o desfecho da dissertação nas Considerações Finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, busca-se recuperar as discussões sobre Educação Sexual no Brasil, Sexualidade, Gênero, Gênero e Sexualidade na Escola e Infecções/ Doenças sexualmente transmissíveis, considerando-se a relevância destes conceitos para o desenvolvimento da pesquisa. O objetivo é delimitar conceitos e concepções que orientam a investigação. Para tanto, realizamos uma retrospectiva histórica dos debates, retomando de forma breve, eventos, normas legais e debates que são marcados por avanços e recuos no tratamento da temática.

2.1 A EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Para entender a Educação Sexual brasileira faz-se necessário recuperar tempos mais remotos de nossa história. Com a vinda dos Portugues no século XVI ideologia e os preceitos religiosos cristãos “vieram na bagagem” (GODOY, 2018). Os povos indígenas que aqui residiam viviam harmonicamente com corpos nus ou seminus, sendo necessário, segundo a visão cristã, a educação segundo as normas eurocêntricas, para que aqueles povos não “permanecessem em pecado”. Com os portugueses vieram os Jesuítas que trouxeram um modelo de educação escolástica coerente com a colonização e a pretendida hegemonização cultural. Neste tipo de visão, ligado aos tempos medievais, a culpa e a proibição em relação ao corpo e a sexualidade são dominantes e o sexo só possuiria fins reprodutivos (SHIGUNOV NETO e MACIEL, 2008).

Em contrapartida, no Brasil Colônia, a desigualdade nas relações de gênero e dominação de etnias não portuguesas possuiu dinâmica própria, seja pela miscigenação forçada ou pela imposição da cultura branca. “Ao homem português era dado o direito de usufruir da vida de todos os habitantes da colônia” (RIBEIRO, 2006).

Nos séculos XVIII e XIX a preocupação médico-política com as ISTs, até então chamadas de doenças venéreas, e com o aumento da população na colônia, emerge um discurso médico-higienista acerca da sexualidade. Tal abordagem estava relacionada ao contexto decorrente das Reformas Pombalinas que impactaram a metrópole portuguesa. O Marquês de Pombal, com o objetivo de promover a modernização da coroa e a implantação de um despotismo esclarecido em território luso, realiza uma série de reformas que buscam transformar a organização das universidades tornando-as técnicas, práticas e formadoras de profissionais competentes para a administração do Estado, cuja função, na prática, era a formação das elites (BONFIM, 2009).

A partir da década de 1920, no período denominado pela historiografia de República Velha (1889-1930), destaca-se a emergência de movimentos sociais no Brasil que lutavam pela modernização dos costumes e avanço nas questões da saúde e educação. Neste contexto, sobressai a atuação de Bertha Maria Julia Lutz, feminista, bióloga e normalista, que o lado de outros ativistas começaram a reivindicar a implementação do ensino oficial da Educação Sexual nas escolas (SOIHET, 2000). Desde sua formação básica, Bertha Lutz questionava as relações de gênero e a dominância do comportamento social pela igreja Católica. Bertha foi extremamente militante na luta pelos direitos da mulher, pelo voto, pela dignidade, pela educação, a liberdade sexual e os direitos reprodutivos (SOIHET, 2000; MOTT, 2001). Diversos trabalhos comentam a importância desta grande mulher, muitos citados nesta dissertação (SOIHET, 2000; MOTT, 2001; OTTO, 2004; DE CICCIO, 2017), entretanto há dificuldade em trabalhos que explicitem de que forma que Bertha efetivamente atuou na reivindicação da Educação Sexual.

A preocupação com a Educação Sexual ganha espaço nas décadas de de 1920 e 1930, sendo defendida por médicos, intelectuais e professores brasileiros. Em 1922, o grande educador brasileiro, Fernando de Azevedo⁴ já ressaltava a importância do ensino da matéria para a moral e higiene do indivíduo (CESAR, 2009).

Em 1928, ocorreu a II Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação⁵. Neste evento que reuniu diversos setores da sociedade interessados em debater os rumos da educação brasileira, foram propostas várias comissões e, entre elas a Comissão de Educação Sanitária. De acordo com conferência proferida pelo Dr. Francisco Figueira de Mello na referida comissão:

⁴ De acordo com o verbete Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930: “Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo de Sapucaí (MG), em 1894. Graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi um dos expoentes do movimento da Escola Nova, tendo também participado intensamente do processo de formação da universidade brasileira. Ao longo dos anos 1920, dedicou-se ao magistério. Exerceu os cargos de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal de 1926 a 1930, e de São Paulo em 1933. Além desses cargos, exerceu atividades acadêmicas, tendo lecionado sociologia educacional no Instituto de Educação e na Faculdade de Filosofia de São Paulo entre 1938 e 1941. No ano seguinte, voltou à vida pública, respondendo pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Ainda em 1942, dirigiu o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, também em São Paulo. Fundou em 1951, e dirigiu por mais de 15 anos, na Companhia Editora Nacional, a Biblioteca Pedagógica Brasileira. No conjunto de suas obras destacam-se *Da educação física* (1920), *Novos caminhos e novos fins* (1934), *Sociologia educacional* (1940) e *A cultura brasileira* (1943). Faleceu em São Paulo, em 1974. doFonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]

⁵ A ABE era uma sociedade civil, de adesão voluntária, que reunia professores e interessados em educação, fossem jornalistas, políticos, escritores ou funcionários públicos. Fora do Rio de Janeiro, onde se localizava sua sede, a filiação à entidade se fazia por meio das seções regionais que gozavam da mais ampla autonomia. A atuação da associação se dava por meio de encontros, onde se discutiam temas de educação, de cursos, de publicações, de pesquisas, e, principalmente, por meio de conferências ou congressos nacionais de educação que abordavam temas específicos. A ABE realizou treze Conferências Nacionais de Educação (CNEs), entre 1927 e 1967.

É natural que, se quisermos a grandeza e a prosperidade da Nação, procuremos para a pequena célula do organismo social – o Homem – a saúde como fonte de toda a grandeza. O bem-estar do indivíduo, a felicidade que pode desfrutar no gozo da saúde é a garantia segura de eficiência na conquista da vitoriosa riqueza pelo trabalho. Assim é que, quando defrontamos um problema a resolver sobre o indivíduo, temos que encará-lo sobre três aspectos, que são: a educação moral, a educação intelectual e a educação física – sem as quais não teremos conquista de grande monta.

A defesa de uma educação sanitária que preparasse as novas gerações para práticas de saúde e higiene esteve presente nos debates. Entre as teses apresentadas na conferência, destacou-se a proposta de inserção da Educação Sexual nas escolas, com objetivo de proteger a infância e a maternidade. A medida tinha um cunho higienista e o objetivo era preparar os indivíduos para uma vida saudável, diminuindo as doenças venéreas. O desenvolvimento da proposta seria realizada por inspetores médicos contratados para tal fim (SOUZA, 2009).

Neste mesmo ano, registram-se diferenças entre os discursos sobre as vantagens higiênicas e eugênicas da Educação Sexual (BASSALO, 2010) que suscitam diversos conflitos, inclusive judiciais, entre a Igreja, as mídias e os defensores da Educação Sexual (ABRAMOVAY, 2004). De acordo com Bassalo (2010):

A tarefa fundamental da Educação Sexual, portanto, seria formar indivíduos educados sexualmente para construir uma sociedade organizada, funcional e eugênica. Além disso consideravam que a Educação Sexual se tornava necessária pela falta de preparo dos pais, pois estes não estariam aptos a apresentar os temas da vida sexual com base científica, o que deixaria meninos e meninas suscetíveis a pessoas com formação moral duvidosa ou sem conhecimento específico (p. 3).

Bassalo (2010), em estudo sobre Educação Sexual no início do século XX, afirma que na área da sexualidade, os intelectuais da década de 1920 tiveram um papel mais representativo, do que nos anos de 1930 e 1940. Ainda sim existiam divergências quanto a adequação do espaço escolar para oferta da Educação Sexual e aqueles que defendiam uma visão cristã. Tal visão impunha que a Educação Sexual somente era válida para suprir as necessidades afetivas da “alma feminina” e a satisfação do impulso sexual do homem, tornando a um lar favorável à criação e educação das novas gerações. Em 1932, os inspetores responsáveis pela Educação Sexual foram retirados, sem que ninguém pudesse suprir essa demanda (SOUZA, 2009).

Em 1933, durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Círculo Brasileiro de Educação Sexual - CBES, no Rio de Janeiro. Esta instituição tinha caráter filantrópico e se dedicava a promoção de uma reforma sobre a Educação Sexual da população brasileira. O CBES contava com a participação de médicos, professores, advogados, jornalistas entre outros profissionais e tinha como foco desenvolver um movimento em todo território nacional

divulgando e instruindo a população acerca dos cuidados de higiene. Estes grupos fomentaram variadas atividades, entre palestras, conferências, semanas de Educação Sexual, posto de atendimento gratuito sobre higiene e psicologia sexual, e constituíram o Circuito Jornalístico, com a filiação de 700 jornais que publicavam quinzenalmente artigos sobre o assunto (ALMEIDA, 1946 *apud* BASSALO, 2010). Destaca-se a liderança do médico José de Albuquerque⁶ e a publicação o Boletim de Educação Sexual publicação do CBES dentre os anos de 1933 a 1939 que apresentaram as principais idéias e estratégias de atuação do Circulo Brasileiro de Educação Sexual marcada pela ênfase ao cientificismo.

Até a década de 1960 a Igreja Católica conseguiu dificultar a implementação da Educação Sexual no sistema escolar brasileiro, tanto pela repressão ao sexo quanto pelo controle das redes de ensino. Rosemberg (1985), em estudo sobre a inclusão de Educação Sexual no currículo escolar no período de 1960 a 1980, assinala a escassez de trabalhos relacionados ao tema e a inexistência de estudos acadêmicos com relatos de experiência e materiais de apoio. Tal problemática justifica-se, segundo a autora, pela desvalorização do tema, considerado um tema menor no panorama educacional que, até o final dos anos de 1970, não incorporava como modelo aceitável o relato de experiências.

Em 1968 registra-se a iniciativa da deputada Júlia Steinbush⁷ (MDB-RJ) que propôs a inclusão da Educação Sexual nos currículos do 1º e 2º grau, atualmente Ensino Fundamental e Médio. Em 1970, após parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo⁸, deixaram de existir experiências desse cunho em escolas públicas. Neste momento de nossa história, o Brasil viveu uma ditadura civil militar (1964-1985) que restringiu as liberdades de expressão e organização, impactando também o mundo da educação. Destaca-se a vigência do Ato Institucional 5 (AI-5), de 1968 a 1978, que determinou a censura de qualquer material (música, vídeo, aula, etc.) que pudesse ser encarado pelos militares como contrário ao regime ou aos bons costumes

⁶ Para maiores informações acerca da vida e atuação do médico José de Albuquerque, ver: CARRARA, S.; CARVALHO, Marcos. *Meu encontro com os outros: memórias de José de Albuquerque, pioneiro da sexologia no Brasil*. Disponível em <https://portal.fiocruz.br>.

⁷ A deputada federal Júlia Steinbush teve o seu Mandato de Deputada Federal cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, na legislatura 1967-1971, em face do disposto no art. 4 do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, expedido pelo Decreto de 11 de setembro de 1969, publicado no D.O. de 12/09/1969, p. 7733/7734. Informações disponíveis em <https://www.camara.leg.br/deputados/1688/biografia>. Consulta em fevereiro de 2021.

⁸ A Comissão Nacional de Moral e Civismo foi criada pelo Decreto Federal nº 68.065, de 14 de janeiro de 1971 com o objetivo de implantar a doutrina de educação moral e cívica e instituir a disciplina de educação moral e cívica nas escolas. O Parecer nº 4/71 do Conselho Federal de Educação estabeleceu também orientações para essa disciplina que foi instituída durante os governos militares.

(BEZERRA e SANTOS, 2017). Experiências sobre Educação Sexual anteriores a década de 1960 ocorreram somente em escolas laicas (ROSEMBERG, 1985).

A discussão sobre a Educação Sexual e a inserção da temática no currículo escolar se tornaram mais expressivas na década de 1970, com mudanças comportamentais decorrentes dos movimentos feministas e das discussões sobre o controle da natalidade (BRASIL, 1997 b). A pesquisa de Rosemberg (1985) enfatiza que é nítida uma abertura maior para o tema Educação Sexual, a partir de 1978, com a abertura política e afrouxamento da censura que ocorreram no final ditadura civil militar.

Com a aprovação da Lei nº 5.692/71⁹ que implantou novas diretrizes para a educação nacional, foi estabelecida a disciplina¹⁰ Programas de Saúde como obrigatória para 1º e 2º graus, atualmente ensino Fundamental e Médio (BRASIL, 1971. Em 1974, o Parecer nº 2264, do Conselho Federal de Educação, legitimou a oferta da Educação Sexual nos programas de saúde. Foram produzidos guias curriculares e publicados livros relacionados ao tema (DE CICCIO, 2017).

Sayão (1997) afirma que, no período de 1970-1980, são desenvolvidas algumas iniciativas em escolas municipais de São Paulo para a implementação da Educação Sexual. Entretanto, Sayão afirma que em 1975 a Secretaria de Educação de São Paulo impediu a oficialização da Educação Sexual nas escolas no período de 1975 a 1979, sob a alegação de que o assunto seria responsabilidade exclusiva da família. Nesta década, apesar das dificuldades, devido a esforços de grupos sociais ocorreram ações pontuais em escolas, que foram contemporâneos à realização de importantes estudos acerca da condição da mulher na sociedade brasileira (BRASIL, 1997 b).

Na década de 1980, no Brasil, cresce a preocupação com a Educação Sexual, devido ao alastramento mundial da epidemia da AIDS, e o aumento da natalidade em adolescentes (BRASIL, 1997 b; ABRAMOVAY, 2004). Algumas escolas trabalharam a temática da sexualidade por meio de palestras, debates e/ou encontros com médicos e psicólogos, outras buscaram inserir conteúdos relativos a reprodução em disciplinas de Ciências, algumas implementaram programas para os alunos coordenados por professores. Sob a responsabilidade do professor Paulo Freire, em 1989, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo,

⁹ A Lei nº.5692/71 reorganizou a educação escolar básica brasileira que passou a ser dividida em duas etapas: o 1º grau (com 8 anos de escolaridade obrigatórios e o 2º grau (com 3 anos). Além disso, instituiu a profissionalização compulsória no Segundo Grau flexibilizada, mais tarde, com a aprovação da Lei Federal n.º. 7.044/1982. Informações disponíveis em www2.camara.leg.br. Acesso em 10 de janeiro de 2021.

¹⁰ Além de Programas de Saúde, foram implantadas as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Ensino Religioso.

implementou a Educação Sexual no 1º grau e no ensino infantil, os professores passavam por um curso acompanhado pelo Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual/GTPOS (SAYÃO, 1997).

No início da década de 1990, Secretarias Municipais de Educação de Porto Alegre, Goiânia, Florianópolis, Recife, Campo Grande, Belo Horizonte e Santos criaram uma orientação sexual nas escolas a partir do projeto supracitado em São Paulo. No mesmo período surgiram organizações para a produção de material didático e a capacitação de professores (SAYÃO, 1997).

Com o intuito de regulamentar a forma como a União e os Estados administram o sistema educacional, tendo em vista as determinações da Constituição de 1988, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96. A nova LDBEN induziu a implantação de uma grande reforma educacional, entretanto, o novo marco legal não apresenta nenhuma orientação para Educação Sexual. Lima (2012) ressalta que a LDBEN não contemplou de forma explícita as questões relacionadas à sexualidade, mas sublinaramente em trechos como Art. 2º que “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania [...]”, e o Art. 3º traz que o ensino deverá se basear, no “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL, 1996, p. 1). Para Lima, estes artigos que estabelecem finalidades para a educação brasileira possibilitam a abordagem da Educação Sexual no âmbito escolar em toda sua amplitude.

A LDBEN determinou as normas e diretrizes para funcionamento da educação nacional. Entretanto, a preocupação com o estabelecimento de orientações para o currículo nas escolas de educação básica, motivou o Ministério da Educação a elaborar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997 b). O documento em tela definiu premissas para o processo de ensino e aprendizagem e destacou a preocupação com temas que deveriam ser incorporados ao trabalho nas escolas, tais como: Ética, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual. Esses temas deveriam ser trabalhados de forma transversal ao currículo escolar, preconizando-se o desenvolvimento de um trabalho pedagógico interdisciplinar que articulasse as diversas disciplinas e seus conteúdos. O objetivo dos Temas Transversais (TT) era incluir questões relevantes, preparando o aluno para o exercício da cidadania e a sua inserção numa sociedade democrática. Os TT foram selecionados com base nos seguintes critérios: urgência social, abrangência social, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, de favorecer a compreensão da realidade e a participação social (BRASIL, 1997

a). De acordo com os TT, a temática deveria ser trabalhada ao longo de todos os ciclos escolares, principalmente em virtude do crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pela AIDS (CÉSAR, 2009).

Altmann (2001) diagnostica que somente com a publicação em 1997 dos PCN (BRASIL, 1996), evidencia-se o interesse governamental pela inserção da orientação sexual no âmbito escolar. Apesar de inovador, não resultou na plena incorporação e explicitação dos temas nos documentos de política educacional, entretanto, os PCN ainda constituem uma referência oficial de tratamento das temáticas relativas a gênero no campo educacional (BRASIL, 2007 b).

Lima (2012) diz que a publicação do Referencial Curricular para a Educação Infantil pelo Ministério da Saúde em 1998, onde no volume 2 traz o tema “formação pessoal e social” abre espaço para abordar questões construção de vínculos, de identidades, de autonomia, de autoestima, valorização da diversidade, conhecimento do corpo, sexualidade e gênero no Ensino Infantil.

Para Nascimento e Chiaradia (2017) ainda que inovador o PCN trouxe a tona a expressão orientação sexual, mas os professores tendiam a se limitar a seus conteúdos e a abafar o tema da orientação sexual, seja porque consideravam não ter formação que os habilitassem a trabalhar com o tema. A justificativa para tal característica era o pouco tempo lhes para a preparação das aulas, a exigência de determinados conteúdos previamente definidos para as disciplinas que lecionam, empurrando o tema para somente o momento das aulas de ciências. Consequentemente uma visão mais biológica-heteronormativa do sexo e da sexualidade foram ofertados.

Expandindo a discussão sobre a Educação Sexual em 2000 foi lançado o PCN do Ensino Médio [PCNEM] acrescentando que a educação no Ensino Médio deve instrumentalizar para o adolescente questionar o senso comum, “[...] desconstruindo um certo determinismo em relação a papéis sociais a serem desempenhados, frente à escola, ao trabalho, à sexualidade, à autoridade, à relação familiar e aos grupos com que interagem”.

No período dos anos 2000 em meio ao início da propulsão sobre discussões sobre gênero e sexualidade, com o surgimento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres [PNPM] (2003), Programa Brasil sem Homofobia [PBSH] e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) (2004), foram estabelecidas metas de desenvolvimento inclusivo dos sistemas de ensino, voltado para a valorização das diferenças e

da diversidade, a promoção da educação inclusiva, dos direitos humanos e da sustentabilidade socioambiental visando à efetivação de políticas públicas transversais e intersetoriais.

Em 2003 institui-se o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) uma ação conjunta entre os Ministérios da Educação e da Saúde, com o apoio da UNESCO e da UNICEF. O projeto tem como objetivo Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) incluindo a saúde sexual e da saúde reprodutiva, visando reduzir a vulnerabilidade de adolescentes e jovens às doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez não planejada, através de ações articuladas entre as escolas e as unidades básicas de saúde (BRASIL, 2006 a; BRASIL, 2008).

Segundo Furlanetto *et al.* (2018) em 2004, o surgimento do movimento “Escola sem Partido”, aproximadamente 60 projetos de lei de partidos conservadores tramitaram Congresso Nacional e casas legislativas objetivando impedir o que estes grupos chamam de doutrinação política e ideológica de alunos por parte de professores nas escolas.

Em 2006 foi criado o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) para fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, discriminação e violações de direitos, etc., para a formação de cidadãos críticos (BRASIL, 2007 c; LIMA, 2012).

Em 2007 foi instituído por decreto nº 6.286 o Programa Saúde na Escola [PSE]. Logo em seu início é possível entender sua finalidade:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde, o Programa Saúde na Escola - PSE, com finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde (BRASIL, 2007 d).

Em suma a finalidade do programa é contribuir com a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, articulando as ações com o Sistema Único de Saúde (SUS), auxiliando na formação dos educandos e contribuindo para a construção de sistema de atenção social.

O PSE tem como finalidade promover a intercomunicação escola/saúde implementado com a participação das equipes de Estratégia em Saúde da Família. Os alunos passam a ter previstos o direito à avaliação clínica, oftalmológica, auditiva, psicossocial, saúde e higiene bucal, avaliação nutricional, promoção da alimentação saudável, bem como o acesso a ações educativas que lhes garantam educação permanente em saúde - aqui incluídas a atividade física e saúde -, através de uma cultura da prevenção no âmbito escolar (FIGUEIREDO, MACHADO e ABREU, 2010). A promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva segue como uma das

ações previstas no PSE estipulando atenção, promoção, prevenção e assistência, nesse tema assim como higiene, drogadição, calendário de vacinação, etc.

Em 2010, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) aponta diretrizes a serem alcançadas e estratégias a serem seguidas levando-se em consideração a formação do cidadão (LIMA, 2012). O programa determina que os conteúdos dos livros didáticos devem estar em adequação com as políticas curriculares vigentes, contendo temáticas e abordagens previstas em documentos oficiais. Pereira (2013) em análise sobre os temas relacionados a sexualidade nos livros didáticos do Ensino Fundamental II ressalta que o livro didático não é neutro, já que nele há reflexos da sociedade (políticos e econômicos), assim como a linha de pensamento da escola. Segundo a autora, mesmo com os avanços políticos educacionais, os livros didáticos tentam utilizar bases culturais para explicar sexualidade e do gênero, mas possuem certa incoerência, como em uma coleção, a família e a cultura aparecem como elementos que “interferem” na construção da sexualidade, relegando, entretanto, ao aparato biológico. Outro ponto relevante apontado neste trabalho é a constante ligação expressa nos LD a sexualidade à doença e a riscos de morte. “A educação pelo medo”.

Em 2011 o Governo Federal elaborou o “Escola sem Homofobia”, neste Programa foi ofertado materiais didáticos e orientações a profissionais de educação como trabalhar no ambiente escolar com as questões referentes a lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais [LGBTT]. No mesmo ano a bancada conservadora-religiosa do Congresso Nacional conseguiu convencer a presidência que o material continha propaganda de orientação sexual. Sendo este um dos materiais chamados pelo grupo de “escola sem partido” de “Kit Gay” (NASCIMENTO e CHIARADIA, 2017).

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, sofreu diversas mudanças em seu texto desde sua elaboração em 2010 devido ao mesmo motivo (NASCIMENTO e CHIARADIA, 2017; BORGES e BORGES, 2018). O PNE teve como norteador o Documento Final da Conferência Nacional de Educação de 2010 no qual demonstra que os altos índices abandono escolar estão ligados ao não reconhecimento das diferenças. O documento confere papel estratégico à construção de uma educação que promova essas superações contemplando as necessidades das minorias e dos grupos historicamente excluídos (COELHO, 2017). Monteiro e Ribeiro (2020) destacam que no PNE em 2014 gênero e Orientação Sexual/Educação Sexual foram suprimidos sendo utilizado na garantia de direitos frases mais genéricas como “erradicação de todas as formas de discriminação” sem citar quais. Borges e Borges (2018) destacam que durante a tramitação do documento entre 2011 e 2014,

o Congresso Nacional trocou no texto “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. No mesmo trabalho Borges e Borges evidenciam o seguinte fenômeno desencadeado com esta modificação:

Nesse cenário e como um efeito dominó, no final do primeiro semestre de 2015, data limite para formulações/adequações dos demais planos, assistiu-se pela mídia à retirada maciça, em diversos planos estaduais e municipais de educação, de questões relativas a gênero e sexualidade, reacendendo a polêmica sobre a inclusão dessas questões em plenários de câmaras municipais e assembleias legislativas do Brasil (p. 3).

Com a efervescência do tema gênero em nossa sociedade nos últimos anos essas discussões aumentaram com a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com levantamentos de retirada ou não dessas expressões (SILVA e ARANTES, 2017). A própria base se denomina como:

Um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação (BRASIL, 2018, p. 7).

Apesar de sua organicidade, Nascimento e Chiaradia (2017) apontaram que em sua elaboração a BNCC já retirava o tópico orientação sexual, previsto nos PCNs. As autoras apontam que novamente a sexualidade é vista pelos órgãos reguladores brasileiros como algo perigoso, ameaçador, que constrange. Além disso, há um temor que tais conhecimentos gerem “práticas sexuais indesejáveis, ou acelerasse desejos que só deveriam ocorrer em um momento normalizado, enquadrado e pré-estabelecido” (p. 103). Furlanetto e colaboradores (2018) ressaltam que os termos gênero e orientação sexual foram generalizados para “dimensões da sexualidade humana”, sendo um alerta indicativo que se deve avançar nessa temática em relação a leis, pesquisas/estudos e ações efetivas nas escolas.

Em análise sobre a BNCC Costa e colaboradores (2018) destacam que as temática Educação Sexual estão restritas a conteúdo das disciplinas de Artes do 6º ano ao 9º ano e Ciências no 8º ano. Além de serem períodos apenas do Ensino Fundamental II perde-se a transversalidade prevista no PCN. Em Artes objetivo *processos de criação*, “refletir sobre as experiências corporais pessoais e coletivas desenvolvidas em aula ou vivenciadas em outros

contextos, de modo a problematizar questões de gênero, corpo e sexualidade”. Já em Ciências o objetivo é apresentar “Mecanismos reprodutivos e sexualidade”, selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças de gênero (COSTA *et al.*, 2018).

Monteiro e Ribeiro (2020) denunciam que a retirada da Orientação/Educação Sexual escancara o detrimento da ciência, reduz a sexualidade a ótica biológica, evidenciando a mercê de influências religiosas, fundamentalistas, conservadoras e moralizantes crescente no Brasil. Tal influência é diagnosticada pelo aumento de casos de violência contra a mulher e LGBTQ (Lesbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Queer), assim como a eleição de diversos políticos da linha ultraconservadora nas eleições de 2019.

2.2 EDUCAÇÃO SEXUAL

Mas afinal, o que entendemos por Educação Sexual? Segundo Figueiró (1996) a Educação Sexual é “toda ação de ensino/aprendizagem sobre a sexualidade humana, seja em nível de informações básicas, seja em nível de conhecimento e/ou discussões e reflexões sobre valores, normas, sentimentos, emoções e atitudes relacionadas à vida sexual” (p. 51). Esta premissa, assim como as considerações apontadas neste tópico orientam a forma na qual a Educação Sexual foi concebida nesta dissertação. Para Monteiro e Ribeiro (2020):

[...] o reconhecimento da Educação Sexual como um saber necessário que possibilite o rompimento de ideias repressoras, preconceituosas e discriminatórias cristalizadas ao longo da história, além de ser também uma ação de cidadania e direitos que estimule a formação de um ser humano consciente de como se processam as relações sociais (p. 3).

A Educação Sexual na escola é de suma importância para a cidadania, fomentando através dos conhecimentos uma sociedade livre de falsos moralismo. Discutir sobre sexualidade e sexo dentro do ambiente escolar tem como objetivo mudanças nos padrões de comportamento respeitando três aspectos fundamentais: transmissão de informações de maneira verdadeira, a eliminação do preconceito e a atuação na área afetivo-emocional (BERALDO, 2003).

Werebe (1998 p.178) afirma que a Educação Sexual deve oferecer elementos para: o reconhecimento do próprio corpo (tanto a fisiologia quanto a sexualidade); compreender as dimensões afetivas da sexualidade, aceitando como fonte de prazer e satisfação; entender os comportamentos sexuais de cada idade; compreender questões ligadas a feminilidade e

masculinidade; rejeitar a heteronormatividade; aceitar igualdade de direitos, rejeitando discriminação por sexo, etnia e nacionalidade; conhecer e compreender diferentes orientações sexuais; compreender diferentes valores culturais e morais ligados a sexualidade; assumir comportamentos sexuais responsáveis em relação a contracepção e saúde; discutir e questionar sobre o assunto perante a sociedade.

Carneiro e colaboradores (2015) salientam “o papel fundamental da escola em sua Educação Sexual, visto ser esse o ambiente adequado para a aprendizagem não só da anatomia e da fisiologia do corpo humano, de métodos de prevenção da gravidez precoce e das DST, mas também para o desenvolvimento de sua autonomia.”

O PCN de Ensino Médio [EM] (2000) acrescentam que a educação nesta etapa da educação básica deve contribuir para que o adolescente questione o senso comum, “[...] desconstruindo um certo determinismo em relação a papéis sociais a serem desempenhados, frente à escola, ao trabalho, à sexualidade, à autoridade, à relação família e aos grupos com que interagem”. Cabe, portanto, à escola, e não apenas à família, desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e dos adolescentes.

O Ministério da Educação (MEC), em 2007, publicou o Decreto nº. 6.286 instituindo o Programa Saúde na Escola (PSE) (BRASIL, 2007d). Esse documento tem como objetivo contribuir para a escolarização da rede pública por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde em a articulação das ações vinculadas ao Ministério da Saúde e ao Sistema Único de Saúde (SUS). Dentro do programa algumas ações promovem a saúde sexual e reprodutiva e a cultura da prevenção no âmbito escolar, incluindo temáticas de educação em saúde no projeto político pedagógico das escolas (LIMA, 2012).

Figueiró (1996) em seus estudos acerca da produção acadêmica sobre o tema, ressaltou a existência, basicamente, de quatro tipos de abordagens sobre Educação Sexual: a médica, a pedagógica, a política e a religiosa. Na abordagem médica é valorizado o fornecimento de informações com função terapêutica ou programas preventivos de saúde, para assegurar a saúde do indivíduo e da coletividade. Os trabalhos agrupados na categoria pedagógica destacam, por sua vez, como fundamental o aspecto informativo do processo de ensino/aprendizagem, podendo incluir discussão de valores, sentimento e atitudes. A abordagem política, de acordo com Figueiró, tem como essência perceber que a Educação Sexual como um compromisso de transformação social, conduzindo as discussões para questões relação de poder, aceitação de diferenças e respeito as minorias. Já a abordagem religiosa normalmente está atrelada a

princípios cristãos, com o sexo concomitante com casamento e procriação. Santos (2010) afirma que: “a normalização a partir de um padrão heterossexual em prejuízo das outras formas existentes é reforçar preconceitos e verdades”.

O tema Educação Sexual, apesar de ser transversal, tem sido um grande desafio proposto pelos PCNs para o trabalho pedagógico nas escolas (SANTOS e ALVES, 2016). Segundo os PCN/TT:

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro.

Para que isso se concretize e alcance os objetivos elencados, é preciso capacitar o corpo docente para que desenvolvem o assunto, conseguindo falar do tema de forma natural com seus estudantes (FIGUEIRÓ, 2006b). A formação dos docentes para inserção da temática no currículo escolar é fundamental, visto que há muita dificuldade por parte dos professores em dialogar tanto com os seus pares, quanto com os estudantes e as famílias quando o tema é ligado a sexualidade (ROHDEN, 2009).

Apesar de ser um tema transversal, os conteúdos relacionados a prevenção contra as ISTs e a métodos contraceptivos normalmente são discutidos nas disciplinas de Biologia (MEDEIROS *et al.*, 2017). Altmann (2001) aponta que compete a escola, assim como a família desenvolver uma ação crítica, reflexiva e educativa que promova a saúde das crianças e dos adolescentes. Somente com a integração dos conhecimentos relacionados à sexualidade aos currículos escolares, a formação do cidadão se dará por completo (LIMA, 2012).

Para Furlanetto *et al.* (2018) a Educação Sexual amparada no resgate histórico-cultural também ampara uma abordagem emancipatória ou libertadora, reconhecendo a educação para a sexualidade como meio de busca de felicidade e transformação dos padrões de relacionamento humano.

2.3 SEXUALIDADE

Louro (2000) assinala que o senso comum tem a premissa de que “a sexualidade seria algo *dado* pela natureza, inerente ao ser humano”. Esta postura empiricista define a existência de diferenças inatas, estáveis e imutáveis entre os sexos (macho/fêmea = homem/mulher). Desta forma, excluem-se as vivências individuais e supõe-se que todas as pessoas vivem da mesma forma (BORGES *et al.*, 2013), ignorando-se os fatores históricos, econômicos, sociais e culturais que impactam em nossas crenças, visão e forma de ver o mundo.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a sexualidade é mais abrangente do que somente o ato sexual, ela faz parte da personalidade, e é constituída de elementos físicos, afetivos e culturais (SANTOS, 2010). Portanto a sexualidade está mais ligada a crenças, ideologias e imaginações quanto com nosso corpo físico propriamente dito.

Para Weeks (2000) as sociedades modernas dão uma extrema importância e um denso significado ao corpo e à sexualidade, tentando a controlar de várias formas. Uma das formas de controle é o moralismo, que influenciado por diferentes religiões encara a sexualidade orientada exclusivamente para reprodução, servindo aos interesses políticos de quase todas as sociedades. Nesta visão o desejo sexual fica estigmatizado e condena o prazer, sendo visualizado como motivação de crimes e perversões (WEREBE, 1998).

Existem diversas abordagens teóricas referentes a sexualidade, em comum a maioria não aborda somente a capacidade reprodutiva do ser humano e ao sexo, mas também ao prazer (ABRAMOVAY, 2004). Assim como a OMS, as bases para o entendimento da sexualidade neste trabalho remetem aos estudos e reflexões de Michel Foucault (1926-1984). Filósofo, historiador, teórico social, filólogo, crítico literário e professor, Foucault colocou em discussão e em discurso o sexo e a sexualidade, trazendo importância e significado aos dois (CÉSAR, 2009). Até nos estudos de Foucault a sexualidade era, e muitas vezes ainda é encarada, como uma prerrogativa da vida adulta, a ser partilhada apenas com um parceiro do sexo oposto e com finalidade “quase” que exclusiva para reprodução. Foucault apresenta que a sexualidade é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos, não sendo algo estático ou pré-estabelecido (LOURO, 2000).

Foucault apontou que o sexo assim com as práticas sexuais são partes do “dispositivo da sexualidade”, pois o que se estabelece essencialmente é uma “rede de saber-poder” atuando sobre os corpos e populações ao produzir normatizações e modos de vida. Algo delimitado e ordenado pelo controle das populações no século XIX, neste período a sexualidade foi o instrumento de desagregação que criou normas entre práticas sexuais bem-educadas, as que

fogiam deste padrão ocupam um lugar de “anormalidade”. As práticas heterossexuais, monogâmicas consolidadas pelo matrimônio e reprodução são o padrão aceito, bem-educado ou normatizado dentro da sociedade ocidental desde então (CÉSAR, 2009).

A dificuldade em trabalhar a Educação Sexual está relacionada com esta constituição histórica de poder e normalização na constituição histórica da sexualidade (FURLANETTO *et al.* 2018). Tanto o gênero e quanto a sexualidade são vistos de acordo com a cultura que se vive e aprende a, através dos discursos repetidos da mídia, da igreja, da ciência, das leis e também dos discursos dos movimentos sociais, e dos múltiplos dispositivos tecnológicos. Apesar das discussões de Foucault sexualidade permanece como “alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades”, sendo alvo de vigia (LOURO, 2008a)

2.4 GÊNERO

A definição de gênero é algo que transcende a concepção de sexo biológico (macho e fêmea) e se atenta as questões culturais, sociais e de poder. O trecho a seguir da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), esclarece possíveis dúvidas:

Ao se falar em gênero, não se fala apenas de *macho* ou *fêmea*, mas de *masculino* e *feminino*, em diversas e dinâmicas *masculinidades* e *feminilidades*. Gênero, portanto, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais e simbólicas que envolvem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, construções e desconstruções de representações e imagens, diferentes distribuições de recursos e de poder e estabelecimento e alteração de hierarquias entre os que são socialmente definidos como *homens* e *mulheres* e o que é – e o que não é - considerado *de homem* ou *de mulher*, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo (BRASIL, 2007 b, p. 16).

No mesmo documento, a Secad/MEC observa que é necessário adotar políticas específicas para contrastar mecanismos históricos de dominação em campos como educação, saúde e trabalho. Este documento destaca que discussões sobre gênero são além de instrumento de análise é instrumento político.

O termo “gênero” surgiu no ambiente acadêmico estadunidense nos anos de 1970 e indicava tanto a diferença entre o dimorfismo sexual da espécie humana, quanto os papéis sociais associados a mulheres e homens, convencionando que o comportamento feminino ou masculino estava condicionado ao dimorfismo. Entretanto, diversos questionamentos a essa naturalização do que seria feminino ou masculinos já existiam e continuam a existir. Simone de Beauvoir, em 1949, exprimiu *não se nasce mulher: torna-se mulher*, ou seja, a mulher não é definida por seu aparelho reprodutor, mas pela adequação ao papel socialmente determinado para ela, uma construção social, orientada por estímulos, expectativas e oportunidades

diferenciadas (LOURO, 2008a; MIGUEL, 2016). Atualmente, mobilizado pela frase de Beauvoir, quando utilizado o termo gênero desconsidera-se o dimorfismo sexual e se caracteriza as discussões sobre os comportamentos femininos, masculinos ou outros comportamentos possíveis dentro desta dualidade na sociedade.

Conceituar gênero e sexualidade traz consigo cargas de preconceitos, o senso comum, que traz um juízo superficial julgando e diminuindo suas importâncias ou manifestando de modo errôneo. “As relações de gênero demarcam um lugar social, naturalizado, a cada um dos sexos” (SANTOS, 2010). Símbolos emblemáticos evidenciam a dicotomia entre o masculino e o feminino na sociedade, um exemplo disso é a determinação da cor azul para homens e rosa para mulheres, e frases cotidianas como: “homens são mais fortes fisicamente que mulheres” ou “cuidar dos filhos é coisa de mulher” (MARTINS e HOFFMANN, 2007).

(...) restritivo sobre gênero que insista no binarismo homem e mulher como a maneira exclusiva de entender o campo do gênero atua no sentido de efetuar uma operação “reguladora” de poder que naturaliza a instância hegemônica e exclui a possibilidade de pensar sua disrupção (BUTLER, 2014, 254 p.).

Esta visão de gênero se encaixa em algo binário, ou seja, separa socialmente o que é de mulher ou homem (feminino ou masculino). Desta forma, Goellner (2010) afirma que “o corpo é generificado”, o que implica dizer que as marcas de gênero se inscrevem nele”, ou seja, o indivíduo é lido e entendido pela sociedade à partir do seu fenótipo. Em mesmo estudo Goellner exemplifica:

Se estamos cientes de que o gênero é a construção social do sexo, precisamos considerar que aquilo que no corpo indica ser masculino ou feminino, não existe naturalmente. Foi construído assim e por esse motivo não é, desde sempre, a mesma coisa. Há algum tempo, por exemplo, um homem que usasse cabelos compridos e brincos provavelmente teria a sua masculinidade questionada, visto que essas marcas eram consideradas femininas. Nos dias de hoje essa suspeição já não se aplica porque os brincos fazem parte dos adornos corporais de brasileiros e brasileiras, assim como o uso de cabelos compridos, curtos, coloridos, etc (p. 75).

Em contra partida, nos últimos 20 anos há uma tendência nos estudos de gênero fornecerem alternativas para o sistema binário, acrescentando novas denominações de gênero. Butler (2014) discute, “Tal abordagem invariavelmente provoca a questão: quantos gêneros podem existir, e como devem ser chamados?”

Atualmente existe uma efervescência nas discussões e questionamentos sobre gênero. Um exemplo de questionamento ao binarismo é a Teoria que tem ganhado força nas discussões sobre gênero na última década. Em resumo esta teoria contesta a sociedade e a cultura, as

reflexões *Queer*¹¹ afirmam que a “ordem política e cultural da heterossexualidade compulsória garante os privilégios políticos, culturais e até econômicos daqueles/as que vivem dentro de suas prescrições” (MISKOLCI, 2014). Neste contexto está contido as terminologias que vem ganhando destaque na sociedade como: Cisgênero e Transgênero.

Chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento. (...) Denominamos as pessoas não-cisgênero, as que não são identificam com o gênero que lhes foi determinado, como transgênero, ou trans. No Brasil, ainda não há consenso sobre o termo, vale ressaltar. Há quem se considere transgênero, como uma categoria à parte das pessoas travestis e transexuais. Existem ainda as pessoas que não se identificam com qualquer gênero, não há consenso quanto a como denominá-las. Alguns utilizam o termo *Queer*, outros, a antiga denominação “andrógino”, ou reutilizam a palavra transgênero (JESUS, 2012, p. 10).

2.5 GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

A Constituição Brasileira garante a todo cidadão o direito a educação, tendo em vista o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Também assegura em seu preâmbulo os “direitos sociais e individuais, a liberdade, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”.

Bassalo (2010) afirma que, desde as primeiras tentativas de implementação da Educação Sexual no Ensino, muito se discute se a Escola seria o localidade ideal para sua realização. Principalmente, por ser um assunto de âmbito familiar e por possuir muitos tabus crenças religiosas associadas. Tanto que, em diversos momentos da história da Educação Sexual, diversos grupos defenderam que temas como sexualidade e gênero deveriam ser restritos ao âmbito familiar, admitindo-se apenas que a escolas abordasse o tema demaneira biológica e higienista. Segundo Neves *et.al* (2016) a escola é um ambiente que deve contribuir para as relações democráticas, entretanto em sua própria construção histórica a educação formal contribuiu para a invisibilização das diferenças a fim de se mostrar fomentadora de uma sociedade inclusiva.

Louro, Felipe e Goellner (2010), vão além, denunciando que todo o processo educacional tem a ver com controle, observando, construindo e corrigindo corpos, reforçando

¹¹ A *Queer* iniciou no final dos anos 80 nos Estados Unidos por diversos pesquisadores e ativistas exaltando toda a diversidade e heterogeneidade em relação à sexualidade. estranho, ridículo, excêntrico, raro ou extraordinário. Este se refere a como Gays e Lésbicas eram tidos como diferentes/aberrações (LOURO, 2004). Tem como referencial teórico os estudos de Foucault, Derrida e Judith Butler (MIRANDA e GARCIA, 2012)

esteriotipos de gênero, e não atendendo pessoas que não se adequam aos padrões hegemônicos e heteronormativos. Rotondano (2010) afirma:

A linguagem adotada no ambiente escolar, com suas diferentes adjetivações, diminutivos, verbos, associações e analogias de acordo com o gênero em questão, vai instruindo os lugares que homens e mulheres devem ocupar, mas também silenciam e ocultam, anulam sujeitos que põe em cheque o modelo vigente, bem como questionam os rígidos padrões de gênero (p.48)

Furlanetto *et al.* (2018) afirma que a abordagem ampla sobre gênero e sexualidade não podem ser confundidas como doutrinação moral ou ideológica, mas devem estar associadas ao desenvolvimento da cidadania e evidencia que "reprimir as diferentes formas de expressão da sexualidade humana em uma sociedade não faz com que a sexualidade deixe de existir; somente a oculta" (p. 556).

Ainda sobre diferentes formas de expressão Felipe (2007) explica:

Para ampliar as discussões em torno do gênero e da sexualidade no espaço escolar, é fundamental observar de que forma, na nossa cultura e em outras também, os vários grupos sociais elaboram minuciosas estratégias de controle sobre os corpos masculinos e femininos, criando expectativas em torno deles, estabelecendo padrões de comportamento aceitáveis ou inaceitáveis, categorizando-os como normais ou anormais, imputando-lhes tratamentos, terapias, vigilâncias, castigos, torturas ou mesmo a morte (p. 80).

Quanto a abordagem da questão do gênero em documentos públicos, em 2007 além do documento do MEC citado anteriormente, o governo federal publicou o "Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais", com intuito de promover uma capacitação aos professores do Ensino Básico em relação aos temas indicados no seu próprio título. Neste documento, fundamentado principalmente no respeito as diferenças, é possível entender um pouco mais sobre o porquê abordar gênero na educação, e o contextualiza com outros preconceitos enraizados na sociedade, como no trecho a seguir:

Durante todo o século XX e início do século XXI as lutas pela igualdade de gênero, étnico-racial e também pelo respeito à diversidade têm sido constantes. Todavia, o predomínio de atitudes e convenções sociais discriminatórias, em todas as sociedades, ainda é uma realidade tão persistente quanto naturalizada. As discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira. A escola, infelizmente, é um deles. Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar

a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito (BRASIL, 2007 a, p. 9).

Agravando a dificuldade de se ter uma Educação Sexual democrática, desde 2014, vários projetos de lei foram apresentados ao Congresso Nacional, e também aos poderes legislativos estaduais. Esses projetos tem como objetivo evitar uma possível “doutrinação ideológica” e a implantação do que se convencionou designar “ideologia de gênero”, ou seja, qualquer questionamento aos papéis convencionais atribuídos a mulheres e homens e debates acerca de gênero deveriam ser vetados nas instituições de ensino. O termo “Ideologia de Gênero”, desde então tem sido utilizado no âmbito político como forma de aterrorizar a população em relação aos movimentos sociais e captar votos de parte conservadora da população que vê a condição humana estagnada na binaridade de gênero em dogmas religiosos (MIGUEL, 2016). A ponto de conseguir minar a inclusão da Educação Sexual na BNCC, como foi apontado anteriormente nesta dissertação.

2.6 INFECÇÕES/ DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Segundo o Ministério da Saúde (2007), Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) são doenças cujo a principal via de transmissão é o contato sexual (oral, vaginal e anal) com uma pessoa que esteja infectada. Existem vários tipos de agentes causadores como vírus, bactérias e fungos (microrganismos), alguns se manifestam por meio de feridas, corrimentos, bolhas ou verrugas.

Em 2001 a OMS modificou o termo Doença Sexualmente Transmissível para Infecção Sexualmente Transmissível (TORRES, 2019). Em 2016, o Ministério da Saúde por meio do pelo Decreto nº 8.901/2016 também aderiu ao novo termo. Adele Benzaken a diretora do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST em 2016 justificou a troca da seguinte forma:

A denominação ‘D’, de ‘DST’, vem de doença, que implica em sintomas e sinais visíveis no organismo do indivíduo. Já ‘Infecções’ podem ter períodos assintomáticas (sífilis, herpes genital, condiloma acuminado, por exemplo) ou se mantêm assintomáticas durante toda a vida do indivíduo (casos da infecção pelo HPV e vírus do Herpes) e são somente detectadas por meio de exames laboratoriais. O termo IST é mais adequado e já é utilizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelos principais Organismos que lidam com a temática das Infecções Sexualmente Transmissíveis ao redor do mundo (MINISTERIO DA SAÚDE, 2016).

Apesar da mudança de nomenclatura ter ocorrido a quase 20 anos, o termo DST ainda é amplamente utilizado em artigos (e.g. SANTOS *et al.*, 2013; BORGES e MACHADO 2019), documentos públicos (e.g. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005; 2015) e campanhas de saúde (e.g. PACHECO, 2019), inclusive na biblioteca *on-line* da própria OMS em português (<https://www.who.int/eportuguese/onlinelibraries/pt/>). Por ser o termo mais recente e abrangente foi escolhido o termo Infecção Sexualmente Transmissível para esta dissertação.

As ISTs são quinta maior causa de procura por serviço de de saúde, portanto diretamente ligado a utilização do SUS (SANTOS *et al.*, 2013). O MS (2005) reconhece que essas doenças além de um grande impacto social geram custos indiretos para a economia do país, sendo necessária que a sociedade civil contribua para o acesso a informação e serviços. Mesmo com tanto impacto no sistema de saúde nacional a conscientização sobre ISTs ainda é um trabalho árduo para educadores e agentes de saúde por ser um tema empregnado de mitos e tabus (FIGUEIRÓ, 2006a; MEDEIROS *et al.*, 2017).

Apesar das recorrentes em campanhas de saúde contra ISTs nas mídias quando falamos em prevenção podemos perceber diversos problemas relatados tanto em pesquisas em escolas quanto em unidades de saúde. No âmbito escolar, quando se trata de infecções sexualmente transmissíveis, as discussões sobre o HPV, sífilis, gonorreia, etc. são comumente negligenciadas, enquanto uma maior ênfase é dada na Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS/SIDA) (ABREU *et al.* 2014).

A frequente rapidez no qual as informações sobre ISTs são transmitidas pela mídia, em muitos casos com dados descontextualizados ou equivocados, associadas a precocidade sexual reportada para os jovens, favorecem que o conhecimento acerca do tema seja escasso, e que a prevenção seja frequentemente negligenciada por este público (COSTA e CORTINA, 2009; CIRINO *et al.*, 2010). Monteiro e Monteiro (2005) destacam a necessidade de estudos dos veículos de comunicação, incluindo a internet, para dimensionar a integração e seus efeitos na saúde sexual da população. Santos e Alves (2016) apontam a fragilidade da abordagem sobre o tema nas redes sociais, ferramenta de comunicação com maior significância entre os adolescente, deixando-os vulneráveis a riscos iminentes e emergentes.

Os jovens possuem uma comunicação dificultosa ou quase inexistente no âmbito familiar quando o assunto é sexo, recorrendo améidia e amigos para aconselhamento sobre o assunto (SANTOS *et al.*, 2016). A precocidade, a multiplicidade crescente de parceiros, unidos

a desinformação tem aumentado a probabilidade de contágio por alguma IST entre os jovens (MELLO, 2009).

Santos e colaboradores (2016), em pesquisa sobre a adesão do uso de preservativos masculinos entre jovens em Recife [Pernambuco], conclui que o adolescente possui conhecimento quanto à importância de se prevenir, mas por influência do meio, a ter o preservativo e vergonha opta por não utilizar. Em mesmo estudo, os autores se depararam com a frase “uma vez não haverá problema”, mostrando que os jovens se veem distantes do problema. No mesmo artigo denuncia que a postura conservadora de alguns pais e responsáveis representara uma influência direta nos índices de contaminação do público-alvo. Já os responsáveis que discutem sobre o tema possuem impasses se dão pelo falta de conhecimento sobre o assunto e como informar e orientar seus adolescentes.

Deve-se lembrar que existem diferentes realidades no Brasil que afetam diretamente o SUS. Edmundo *et al.* (2007), em artigo intitulado “Vulnerabilidade ao HIV em favela do Rio de Janeiro: impacto de uma intervenção territorial”, expõe que há uma correlação entre a pobreza e o impacto da AIDS no mundo. No trabalho os autores afirmam que há diversos fatores que convergem para a vulnerabilidade em relação a doença além da da própria pobreza como o abuso de substâncias, a violência e a iniquidade de gênero. Fator curioso apontado na pesquisa foi a relação entre o tamanho das casas e a quantidade de pessoas em relação a exposição precoce de crianças e adolescentes a vida sexual. Os autores concluem que a falta de privacidade ocasionada por estes fatores expõe desde cedo os jovens a “situações sexuais” constituindo uma normalidade para tal e conseqüentemente a iniciação precoce da vida sexual. Ademais, regiões como a das favelas sofrem com o descaso público havendo pouco acesso a informação e programas de saúde.

Outro fator im pactante para o SUS e também para a manutenção da pobreza é a gravidez precoce. Mães adolescentes tem maior dificuldade e para superação da pobreza, pois é comum que o abandono escolar aconteça durante a gravidez ou no puerpério. Com menores qualificações a chance de competir no mercado de trabalho é pequena, fazendo com que estas se submetam ao trabalho informal e mal remunerado, ou ainda a violência doméstica (CAPUTO e BORDIN, 2008).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa possuiu uma análise de dados qualitativos por meio de Análise de Conteúdo (BARDIN,1977). Após a coleta a análise se tornou descritiva frente as principais características apresentadas nos textos analisados.

Nesta capítulo apresentamos o percurso metodológico realizado nesta investigação. A seleção do material bibliográfico foi realizada nas bases de dados eletrônicos com foco no extrato Qualis/Capes A1* encontrados na área de Ensino, triênio 2014-2016. Afim de entender o estado do conhecimento das produções foi delimitado tal período devido à grande quantidade de revistas em cada extrato, como apresentado na tabela abaixo.

Tabela: Número de revista por extrato Qualis/Capes, baseado na Plataforma Sucupira.

Data da quantificação: 28 de setembro de 2018

Extrato	Número de revistas
A1	145
A2	198
B1	367
B2	646
B3	513

Para identificar e separar os artigos, utilizamos as seguintes palavras-chave: Educação Sexual, Educação DST/IST, Ensino DST/IST, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Infecções Sexualmente transmissíveis e Gênero. Focalizou-se o período específico de 2007-2018. As palavras chaves foram traduzidas para o inglês, espanhol e francês quando as revistas apresentaram artigos nestes idiomas. Quando disponibilizado pela revista, as edições, volumes e números foram analisados um a um, não somente na ferramenta de busca disponibilizada pela própria revista. A procura se deu por meio do site buscador Google Acadêmico, utilizando na barra de pesquisa além do nome do periódico o ISSN evitando-se, assim, possíveis erros com revistas homônimas e aglutinando resultados de revistas com mais de um ISSN.

Inicialmente, a listagem dos periódicos foi inserida em uma tabela (**anexo**), na qual foi identificada a presença e/ ou a ausência do tema a partir da localização das palavras-chaves supracitadas e facilitando a visualização e a quantificação dos dados. Textos que utilizavam a

palavra gênero fora do espectro social/marcador social, como gêneros textuais ou musicais, foram retirados da análise.

Os trabalhos foram analisados e categorizados com base em Bardin (1977) e usado como ferramenta metodológica as técnicas de Análise de Conteúdo (AC) (BARDIN, 1977). Oliveira *et al.* (2003), assinalam que este tipo de pesquisa é necessário, pois:

Ao analisar a história do desenvolvimento da ciência, observa-se que esta se constitui como conhecimento sistematizado, construído historicamente pelo homem para conhecer a realidade, e verifica-se que as demandas que incentivam a produção científica correspondem às necessidades de quem a produz ou de quem está interessado nessa produção. O conhecimento e a análise interpretativa do próprio conhecimento é, assim, uma construção que parte da realidade concreta, histórica e social dos homens.

Segundo Bardin (1977), a AC constitui um conjunto de técnicas que possibilitam a análise das comunicações, tendo em vista para obter a descrição e compreensão dos conteúdos das mensagens. Este conjunto de técnicas parciais e complementares tem por finalidade entender a origem (emissor) e os efeitos e/ou o contexto da mensagem. A AC não tem como finalidade um estudo etimológico ou a leitura *letra a letra*, mas sim quais as variáveis da produção e a recepção do texto, ou seja, como é produzido e como é a interlocução entre as partes envolvidas (escritor/leitor).

O modo que o pesquisador estrutura sua AC do “texto”, sendo esta fundamentada em princípios filosóficos, teóricos, as demandas do momento histórico, a sua pesquisa prévia feita e seu desenvolvimento do próprio pesquisador. Em sua análise de conteúdo, o pesquisador considera a totalidade de textos (artigos, livros, teses, etc.) definidos previamente, classificando ou catalogando segundo certos critérios, também preestabelecidos de acordo com que se espera encontrar, identificando frequências ou omissões de itens (OLIVEIRA *et al.*, 2003). As inferências acerca do que se está analisando permitem entender as causas e os antecedentes da mensagem, e os possíveis efeitos desta. Bardin (1977, p. 95) define cronologicamente o supracitado em três momentos da pesquisa: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Morosini (2015) diz que consolidação da produção científica sobre Educação é ainda incipiente, identificando-se um crescente esforço desta área na construção de estados de conhecimento. De acordo com Santos e Alcântara-Eliel (2006) a fundamentação de um trabalho científico parte de revisões bibliográficas, sendo este o único meio possibilita aos pesquisadores analisar o estado atual ou conhecimento da área de estudo pretendida. Este tipo de revisão expõe

as principais tendências de produção de determinado tema (ROMANOWSKI e ENS, 2006), atuando como ferramenta de grande importância para o encaminhamento de uma pesquisa e para a produção de novos conhecimentos. (SANTOS e ALCÂNTARA-ELIEL, 2006). destaca que para necessário considerar nesse tipo de pesquisa não somente o pesquisador e/ou a pesquisa de forma isolada, mas a forma da construção desta produção científica e as possíveis influências como: instituição ou o grupo de pesquisa, aspectos governamentais e sociais do país em que vive, e de suas relações com a perspectiva global. *A priori* elementos que serão necessários tanto na construção da problemática quanto na coleta e interpretação de dados nos estados de conhecimento, assim como na AC, necessitam uma fase exploratória, o estudo, a análise e a comparação dos resultados e das análises. Os dados encontrados dos trabalhos selecionados na fase exploratória orientam a construção do modelo de análise e ajudando na organização de possíveis categorias, para representar algumas hipóteses da pesquisa (ROMANOWSKI e ENS, 2006; MOROSINI e FERNANDES, 2014).

No trabalho acadêmico, o conhecimento e suas relações com a vida é nossa ferramenta de trabalho. Nesta perspectiva, compreender o conhecimento como produção histórico-cultural situado e datado nas estruturas de poder vigentes em cada espaço tempo é condição vital para escapar do conhecimento como um cadáver de informação – um corpo morto de conhecimento (SHOR E FREIRE, 1987, p. 15 *apud* MOROSINI e FERNANDES, 2014).

Após os passos supracitados, utilizou-se as denominações estabelecidas em Tipo de educando, Tipo de pesquisa/estudo e Elementos relacionados foram caracterizadas a partir de Figueiró (1996) que analisou a produção teórica da Educação Sexual, livros e artigos, no período de 1980-1993. Sendo este e outros trabalhos de Mary Neide Domico Figueiró assim como os de Gaucira Louro norteadores desta dissertação.

Baseando-se em Figueiró (1996), identificou-se as características das pesquisas relatadas, tais como:

- Presença e ausência das palavras-chave
- Nacionalidade: Pesquisa brasileira ou estrangeira?
- Ano de publicação
- Tipo de educando: público misto¹², Ensino Fundamental I, Fundamental II, Médio e Superior

¹² Público misto refere-se ao público fora do ambiente de ensino tanto Básico quanto Superior e de idade variada, não definida na pesquisa de origem. Por exemplo: pessoas atendidas por postos de saúde ou pessoas de grupo de movimentos sociais.

- Tipo de pesquisa/estudo: explanação teórica; análise histórica; análise avaliatória; análise investigadora
- Elementos relacionados: síntese sobre os principais temas encontrados.

Os artigos que apresentavam trabalhos em países estrangeiros foram caracterizados como “estrangeiros” como pode ser visto no subtópico 7.2. Por se tratar de um estudo sobre a divulgação da Educação Sexual em pesquisas nacionais considerações sobre o panorama estrangeiros não foram quantificados, sendo estes evidenciadas alguns trabalhos com um olhar diferente sobre o tema proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Plataforma Qualis/Capes apresentava como resultado total no extrato A1 145 periódicos, entretanto, ao organizar todos os títulos em uma tabela, ficou claro que só existiam 130 periódicos mencionados.

Além dessa diferença, ao ser verificado cada ISSN dos periódicos, percebeu-se que a lista da Capes possui algumas revistas repetidas; as repetições foram aglutinadas totalizando 103 revistas, como pode ser constatado na tabela do **anexo**.

A revista Journal of Emerging Trends in Educational Research and Policy Studies [JETERPS] não pode ser analisada, pois todos os *links* de *sites* relacionados a esta publicação não direcionam ao periódico ou a alguma publicação de fato, constando somente a comerciais de instituições de ensino privadas. Este é o *link* que deveria dar acesso a revistas devido a falta da JETERPS o total de revistas analisadas foi 102. Dentro destes 102 periódico, analisou-se se havia ou não as palavras-chave. Nas revistas que possuíam as palavras-chave foi separado as nacionais ou estrangeiras como apresentado no subtópico 4.2 NACIONALIDADE. Sendo, as nacionais analisadas mais a fundo, como proposto no objetivo.

A análise e categorização dos artigos foram inspiradas nas contribuições de Figueiró (1996), como já foi mencionado anteriormente. Na etapa inicial, as categorias eram: DST, relações de gênero, sexualidade, abuso e violência sexual. Entretanto, no decorrer do esforço de análise dos artigos, outros temas foram destacados como mídia e pesquisa estrangeira, inicialmente houve a necessidade de acrescentar análise de mídia e de material didático por serem tipos de pesquisa recorrentes nesta investigação (e.g. OLIVEIRA e DINIZ, 2014).

Devido ao grande numero de artigos estrangeiros encontrados no extrato A1, houve a necessidade de quantificar e analisar estas publicações (e.g. FRANCIS e REYGAN, 2016; CARDOSO e MWOLO, 2017). (esses dois parágrafos não estão invertidos na ordem?)

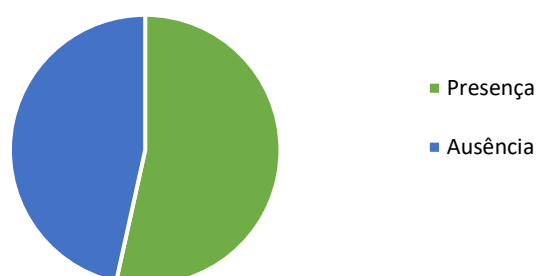
Preliminarmente, a pesquisa se voltou somente para artigos brasileiros. Porém, a presença de textos e a análise teórica voltada para a realidade de outros países foi tão expressiva que fez-se necessária a quantificação e a menção destes no tópico Nacionalidade [7,3].

Segue neste trabalho subseções com as distribuições dos artigos de acordo com Presença x Ausência [7.1], Ano de Publicação [7.2], Nacionalidade [7,3], Tipo de educando [7.4], Tipo de pesquisa/estudo [7.5] e Elementos relacionados [7.6].

4.1 PRESENÇA X AUSÊNCIA

Das 102 publicações analisadas, 47 não apresentavam nenhuma menção as palavras-chaves. Portanto, aproximadamente 47%, quase a metade dos periódicos não possui temas ligados a sexualidade, gênero e DSTs.

Gráfico 1. Presença (em verde) e ausência (em azul) das palavras-chave nos periódicos avaliados



O grande número de ausências deve-se principalmente as 17 revistas, como *Chemistry Education: Research and Practice in Europe*, *Educational Studies in Mathematics* e *European Journal of Physics*, revistas exclusivas da área de exatas. Nesse perfil de publicação, somente a *Physical Review Special Topics* possui 4 artigos que contemplam o gênero de forma binária, se atendo a discussões sobre esteriótipos e discriminação as mulheres dentro da Física.

Apesar da Educação Sexual ser temática transversal discutida no PCN, há mais de 20 anos, as áreas de Ciências Exatas (Matemática, Física e Química) mantém esse tema como algo distante, tanto na prática escolar quanto em suas publicações. Identificar publicações envolvendo essas áreas é um verdadeiro desafio. Reforçando a ideia, citamos Decker (2010) que em sua dissertação pergunta: “Por que estudar Educação Sexual se me formei em Matemática?”. Silva e Neto (2006) complementam o questionamento:

Se já é difícil que o professor de Ciências Biológicas assuma o trabalho com a Educação Sexual em todas as suas dimensões, o que dizer em relação aos professores de áreas diferentes, por exemplo, professores de Matemática, Física ou Geografia, distantes desta temática na sua formação inicial? (195 p.)

Flach e Kopzinski (2016), em rara publicação na área das ciências exatas, afirma que há dificuldade em utilizar a matemática como uma linguagem que pode possa ser utilizada em diversas áreas, inclusive na Educação Sexual. Sendo assim, há um certo distanciamento do das questões sociais e, conseqüentemente, do cotidiano dos alunos. Outra característica evidente é a apropriação de temas pela área de saúde que se tornam quase que exclusivos das disciplinas

de Ciências Naturais e Biologia. As instituições de Ensino Superior habilitadas tanto no Magistério, independente da área, quanto da área da Saúde, devem incluir a Educação Sexual em seus currículos, visando a formar profissionais já preparados para essa abordagem. Somente com a sensibilização das instituições causada pelos profissionais dessas áreas que já vêm trabalhando com o tema será possível avanço quebrar barreiras em relação a Educação Sexual (SILVA e NETO, 2006).

Inesperadamente a revista *Advances in Physiology Education* não apresentou as palavras-chaves. Algo realmente surpreendente já que a premissa da fisiologia (do grego *physis* = natureza; *logos* = estudo) é estudar os eventos físicos e químicos que orquestrados para promoverem vida, ou seja, estuda-se o corpo humano ou de outros animais e plantas (CORRÊA, 2016). Sendo assim, era esperada que a Educação Sexual aparecesse nos resultados mesmo com caráter biológico por meio de estudos do sistema reprodutor.

4.2 NACIONALIDADE

Este tópico apresenta os artigos separados enquanto brasileiros (nacionais) e estrangeiros e evidenciando brevemente curiosidades sobre os estrangeiros.

Gráfico 2. Artigos brasileiros (em verde) e estrangeiros (em azul) nos periódicos avaliados



Foram encontrados 100 artigos brasileiros e 64 artigos estrangeiros, totalizando 164. Os textos estrangeiros apresentam, principalmente, foco em políticas públicas de saúde e/ou educação, como por exemplo, oriundos de países do continente africano, latinos, dos Estados Unidos da América e China (e.g. ARMBRUSTER e LUCAS, 2012; WEN *et al.*, 2013; LEVÍN, 2018; WILSON *et al.*, 2018). Sendo um panorama breve destas publicações estrangeiras apresentada neste subtópico.

Apesar da porcentagem acima, a revista como *Annals of Global Health* apresenta baixa representatividade de trabalhos sobre a realidade brasileira, entre 10-20% das pesquisas encontradas. Ainda há publicações como a *BMC Medical Education* e *Boletim World Health Education* que não há trabalhos brasileiros. Encontra-se também um grande número de trabalhos estrangeiros em revistas nacionais como *Cadernos CEDES*, sendo 30-40% do material encontrado. Em contrapartida a *Educar em Revista* e *Interface* ambas apresentam 17 artigos todos sobre a realidade brasileira.

Devido a grande presença de artigos estrangeiros e a diversidade inusitada encontrada na pesquisa, a seguir destaca-se algumas pesquisas.

No artigo de Mosconi (2014) intitulado “Escola Mista e Igualdade entre os Sexos no Contexto Francês” da revista *Educação e Realidade* defende-se a educação de meninos e meninas juntos, utilizando-se da binaridade de gênero. Assim como, algumas revistas como *Journal of Information Technology Education* curiosamente apresentaram pesquisas com diferenças de gênero. Nesta revista o único artigo encontrado contempla gênero, mas abordando diferenças de gênero em relação a aprendizado em tecnologia computacional na Catalunha – Espanha (CUSSÓ-CALABUIG; CARRERA FARRAN; BOSCH-CAPBLANCH, 2017). O mais interessante desse artigo é a conclusão que demonstra que as mulheres começam tardiamente a usar essa tecnologia por questões sociais. Aos meninos é ofertado mais cedo computadores, por volta dos 8 anos como brinquedo, pelos pais acharem que esta ferramenta será mais necessária para o futuro profissional do infante.

A revista *Biochemistry and Molecular Biology Education*, inusitadamente apresenta em 2011 um artigo que tenta quantificar a diferença de performance em disciplinas de Bioquímica na Michigan State University, de acordo com o gênero. Curiosamente este é o único artigo da publicação que cabe nas palavras-chaves aqui utilizadas. Os autores Rauschenberger e Sweeder (2010) chegaram a conclusão que as mulheres apresentam notas ligeiramente mais baixas devido ao acúmulo de matérias e que essa variação é maior de acordo com a diferença étnica. O texto se atém as estatísticas, deixando de lado questões sociais e as variáveis individuais, porém a conclusão é clara e retratada em outros artigos com a temática de gênero: se oportunidades fossem iguais o gênero e etnia seriam irrelevantes nos resultados das notas.

A revista *Salud Coletiva* traz um artigo sobre aspectos jurídicos e sanitários relacionados a pessoas transexuais no País Basco [Espanha] (ATIENZA MACÍAS e ARMAZA, 2014), curiosamente este artigo não apresenta nenhuma característica direta na área de ensino, assim

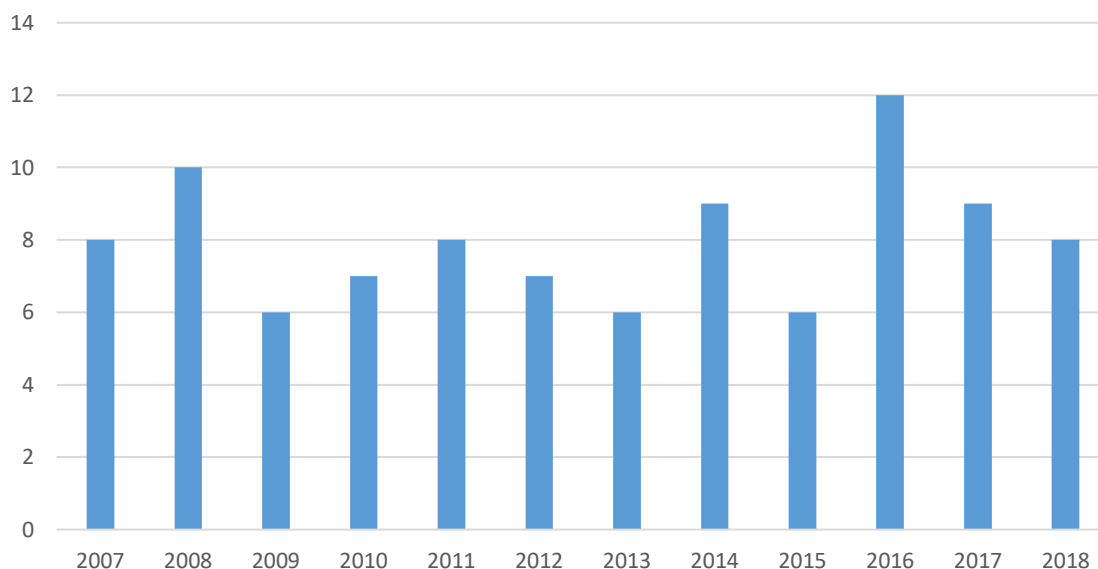
como outros artigos encontrados na mesma revista que tratam de fatores de risco para a violência contra a mulher Argentina (SAFRANOFF, 2017).

A Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado apresenta um volume intitulado “La formación del profesorado desde distintas miradas: inclusión, género y evaluación”, entretanto possui apenas 30% do seu editorial discutindo sobre sobre gênero. Ainda sim os artigos se atentam ao tema pela dualidade feminino x masculino, um mostrando a tendência do trabalho docente feminino na Educação Básica (SÁNCHEZ BELLO, 2012) e outro sobre a perspectiva de gênero sobre a formação universitária do professorado de Educação Física (PRAT GRAU e FLINTOFF, 2012). O panorama dos artigos nacionais segue detalhado nas subseções seguintes por se tratar do foco da pesquisa.

4.3. ANO DE PUBLICAÇÃO

Os dados a seguir evidenciam que, entre 2007 e 2018, o número de publicações sobre a Educação Sexual se mantiveram estáveis, variando de 6 a 13 publicações/revista. Em nenhum dos anos focalizados na pesquisa ocorreram impactos significativos, um *boom* nas publicações sobre a temática. Embora os debates tenham sido intensos, com as discussões sobre a “ideologia de gênero” e mesmo no processo de formulação da BNCC, isso não ocasionou um aumento significativo de artigos. De alguma forma, a Educação Sexual está sempre presente nos periódicos, entretanto, encontramos um quantitativo relativamente baixo.

Gráfico 3. Presença de publicações em 11 anos

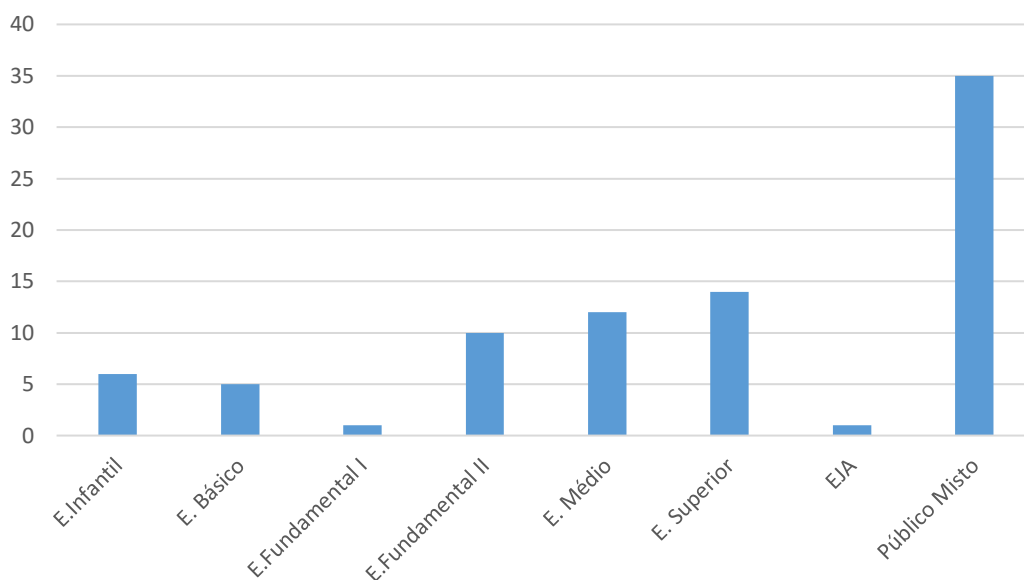


Felipe (2007) apresenta que de 1997 a 2007 houve “aumento considerável de pesquisas, dissertações, teses e publicações em geral sobre a temática de gênero e sexualidade no campo da educação e áreas afins”. Esse tipo de pesquisa era rara até a publicação dos PCNs em 1997. A autora explana que os estudos voltados para gênero, sexualidade e prevenção de ISTs trazem significativas contribuições para pensar estratégias pautadas pelo respeito às diferenças e à igualdade de direitos.

4.4 TIPO DE EDUCANDO

Neste tópico é definida a etapa de escolaridade na qual está inserida a pesquisa: público misto, Educação Infantil, Ensino Fundamental I, Fundamental II, Médio, Básico, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Superior.

Gráfico 4. Ttipo de educando



Durante a análise dos artigos, sentimos a necessidade de relacionar também artigos sobre a Educação Infantil e a EJA no tipo de educando, pois, essas categorias apareceram durante a pesquisa. Foi possível perceber, também, que o objeto de estudo ou as experiências relatadas nas publicações eram destinadas aos professores, por isto, este foi incluído como público, além das etapas da Educação Básica ou do Ensino Superior.

A Educação Infantil não era esperada na análise, entretanto apareceram 5 artigos como “Relações sociais de gênero na perspectiva de crianças pequenas na creche” e “Condutas naturalizadas na educação física: uma questão de gênero?” (BUSS-SIMÃO, 2013; PRADO e ALTMANN, 2016). Assim como estes trabalhos citados os artigos que envolvem este tipo de educando tem como foco a análise de comportamento dos estudantes sendo a pergunta principal: “Como meninos e meninas se comportam em determinada situação?” Portanto, os estudos se dedicam a análise de comportamento social, apresentando uma concepção binaridade de gênero. Felipe (2007) destaca pesquisas nesse ciclo:

Cabe ainda ressaltar a importância de desenvolver mais pesquisas de cunho etnográfico no campo da educação, de modo a ser possível perceber o que se passa nos momentos de recreio, a dinâmica de sala de aula, a relação que se estabelece entre docentes e alunos/as, entre crianças e crianças, bem como entre família e escola, em especial no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, principalmente no âmbito da Educação Infantil, pois ainda é escasso o número de pesquisas em torno dessa faixa etária (p. 82).

Cinco artigos contemplam a Educação Básica, ou seja, englobam tanto o Ensino Fundamental quanto o Médio. Os trabalhos se referem: a observação sobre Educação Sexual dentro de salas de aula, nos dois ciclos de ensino (QUIRINO e ROCHA, 2013); aos livros

paradidáticos (FURLANI, 2007); análise de interseção entre currículo e políticas públicas (LOURO, 2007; MEYER et al, 2007, CRUZ, 2007). Louro (2007) e Meyer e colaboradores (2007) possuem o foco voltado para gênero e sexualidade, já Cruz se atém a AIDS. Curiosamente todos os trabalhos envolvendo currículo são do ano de 2007.

O único trabalho dedicado exclusivamente ao Ensino Fundamental I é o “Os papéis de gênero nos livros didáticos de Ciências” (MARTINS e HOFFMANN, 2007). Neste as autoras procuram entender de que forma os livros didáticos reproduzem de forma subliminar relações de gênero. Constatando que mesmo no início da educação básica “há uma separação espacial que captura homens e mulheres em territórios opostos, disponibilizando uma hierarquia sócio-econômica entre eles”, sustentando a visão binária de gênero desde os anos iniciais.

Em relação ao Ensino Fundamental II, foram encontrados 10 trabalhos, número abaixo do esperado, pois neste período do Ensino Básico que comumente se estuda o sistema reprodutor na disciplina de Ciências Naturais. Como já apresentado neste trabalho, até mesmo a BNCC que restringe Educação Sexual a um caráter biologizante reconhece este período como época para sua bordagem nas disciplinas de Artes do 6º ano ao 9º ano e de Ciências no 8º ano (COSTA *et al.*, 2018). Os trabalhos deste período variam de metodologia de ensino (PINTO, 2011), comportamento social por gênero (e.g. DORNELLES, 2012; SENKEVICS e CARVALHO, 2015), diversidade sexual e gênero (e.g. COELHO e CAMPOS, 2015).

O Ensino Médio apresentou 12 trabalhos. Os principais temas encontrados foram: análise de práticas escolares (e.g. SILVA e GUERRA, 2011), investigação sobre homofobia, sexualidade (e.g. TEIXEIRA FILHO, RONDINI e BESSA, 2011), currículo (SALES e PARAÍSO, 2013), comportamento social por gênero (LIMA JR., RESENDE e OSTERMANN, 2011), prevenção e comportamento em relação a ISTs e gravidezes (e.g. NOGUEIRA, SAAVEDRA e COSTA, 2008).

Os 15 trabalhos que focalizam o Ensino Superior contemplam apenas alunos do Magistério e áreas de saúde (Enfermagem e Medicina), sendo na área de saúde predominante trabalhos com futuros médicos, áreas que lidam diretamente com a Educação Sexual. Estes artigos focalizam: análise de currículos (e.g. DIAS e AMORIM, 2015); investigação sobre o conhecimento que os indivíduos possuem acerca da sexualidade, gênero ou ISTs (e.g. MACIEL e GARCIA, 2018; RUFINO e MADEIRO, 2016). Há ainda trabalhos como o de Oliveira (2016) que mostra o preconceito de gênero, de forma binária, na escolha de determinada área da profissão, no caso curso de Letras.

A Educação de Jovens e Adultos, apesar de compreender tanto o Ensino Médio quanto Fundamental, foi tratada como uma categoria especial, por se tratar de um ensino diferenciado. Essa singularidade ocorre pelo público diverso e de faixa etária extensa, pessoas acima de 18 ano que não puderam por algum motivo estudar o Ensino Básico na infância e adolescência. Além disso, possui políticas públicas, currículo e abordagens específicas para um o público adulto (SILVA, 2016). Neste público houve apenas uma pesquisa: “Territórios da casa, Matemática e relações de gênero na EJA” (SOUZA e FONSECA, 2013). Essa baixa produção acadêmica é apontado por Soares (2020) como algo comum, pois há um distanciamento da produção acadêmica em relação as classes sociais mais baixas. Tradicionalmente, a EJA é constituída por alunos oriundos de camadas mais pobres, afrodescendentes, moradores de zonas rurais e periféricos. Apesar da EJA estar presente há muito tempo na realidade brasileira, esta modalidade não é tão focalizada em artigos quanto o ensino regular, afinal este público configura apenas 10% matriculas de toda rede de ensino (SOARES, 2020).

A maior quantitativo de artigos que versam sobre o Público Misto está relacionado a existência de uma grande produção sobre a temática na área médica (vide tópico 7.5 Tipo de pesquisa/Área de estudo). Inicialmente, este tipo de público não iria ser contabilizado, por se tratar de um grupo fora do ambiente escolar, mas devido a sua grande expressão houve necessidade de se estabelecer uma categoria a parte. Os artigos reunidos neste grupo pretendiam entender o comportamento de determinada parcela da população, fora do ambiente escolar, em relação a gênero ou sexualidade, prevenção a ISTs e gravidez ou impactos de programas de saúde ou ações comunitárias (e.g. BELLENZANI, SANTOS e PAIVA, 2010; DAMASCENO *et al.* 2013; CASTRO e ABRAMOVAY, 2017)

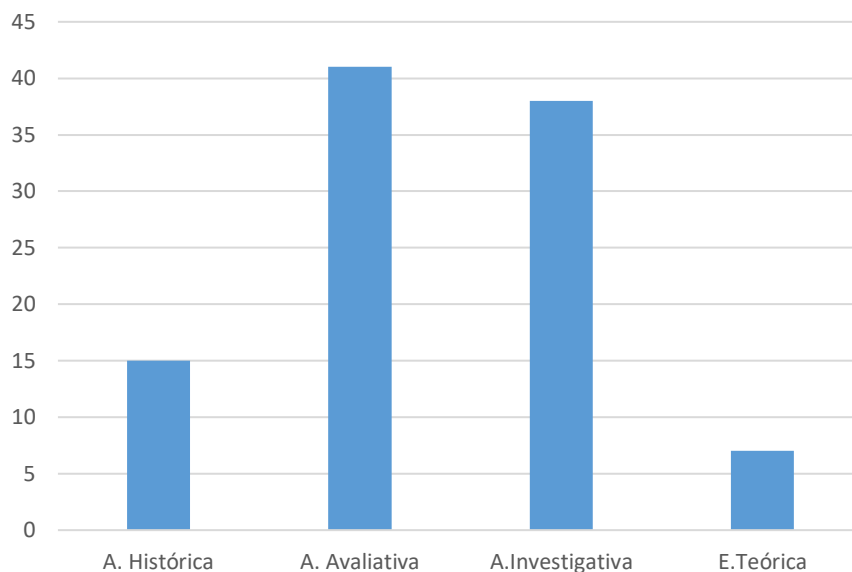
Dos 101 trabalhos analisados nem todos possuíam algum tipo de educando, consistindo em análise de documentos públicos e trabalhos acadêmicos (e.g. FREITAS e CHAVES, 2013) ou ainda discussões teóricas ou históricas sobre gênero, sexualidade ou ISTs (e.g. SWAIN, 2009). Somando 17 trabalhos neste perfil, estes artigos não se encontram no gráfico 4.

4.5 TIPO DE PESQUISA /ÁREA DE ESTUDO

A definição de cada tipo ou área está apresentada logo após a denominação correspondente nos subtópicos seguintes. Os subtópicos apresentam algumas sínteses de artigos

mais expressivos analisados, como forma de exemplificação do panorama encontrado nas produções.

Gráfico 5. Variação do tipo de pesquisa



4.5.1 Explicação teórica

Este tipo de pesquisa consiste no desenvolver do trabalho da Educação Sexual (FIGUEIRÓ, 1996) [e.g. PINTO, 2011]. O como fazer se tornou o tipo de publicação mais difícil de encontrar nesta pesquisa. Sendo encontrada em apenas 7 artigos, quase 7% das publicações, a menor amostragem.

Figueiró (1996) em análise sobre produção teórica da Educação Sexual, livros e artigos, no período de 1980-1993, também encontrou um quantitativo baixo neste tipo de pesquisa. Portanto os profissionais que necessitem de uma visão prática da Educação Sexual encontrarão dificuldade em acessá-las. Esta desarmonia pode ser considerada algo comum dentro do campo de pesquisa, visto que tanto em pesquisa que visava produções de quarenta anos atrás quanto esta pesquisa esse caráter é evidente.

Na explicação há trabalhos na formação de professores mostrando como trabalhar Educação Sexual e como dialogar sobre questões contidas em gênero e raça (e.g. MOSCHETA; MCNAMEE; SANTOS, 2011; ROHDEN, 2009), abordagens sobre prevenção de ISTs, proposição metodologia de ensino feminista (PINTO, 2011) e como utilizar a Teoria *Queer* no currículo do E. Fundamental (REIS E PARAÍSO, 2013).

Não foi encontrado trabalhos que tratem de formação de cursos ou disciplinas para profissionais de educação e saúde.

4.5.2 Análise histórica

Este tipo de pesquisa consiste na resconstituição histórica da implementação Educação Sexual no Brasil (FIGUEIRÓ, 1996) e análise de dados socioeconômicos dentro do contexto histórico.

Foram encontrados 15 trabalhos nesse perfil. Essas análises foram compreendidas em historia da sexualidade ou história da Educação Sexual ou teorias educativas (e.g. WEREBE, 2007; MANEIRO e MINNICELLI, 2013), história e filosófica da binaridade de gênero (e.g. SWAIN, 2009), construção do currículo e análise de documentos públicos e/ou em artigos e livros sob a visão da história da Educação Sexual (e.g. CRUZ, 2007; NEVES e ROMERO, 2017).

O tópico desta dissertação intitulado “A Educação Sexual no Brasil” assim como restante da Fundamentação Teórica apresentam se forma sucinta as narrativas e documentos apresentados nos artigos analisados.

Com excessão de Brandão (2018) que buscou entender o uso da contracepção de emergência pelas mulheres jovens (pílulado dia seguinte), assim como conhecimento científico sobre hormônios sexuais e métodos contraceptivos hormonais, a partir da narrativa de documentos públicos história da sexualidade, da violência sexual, da contracepção e da administração médica de hormônios sexuais.

4.5.3 Análise avaliatória

Cosnsiste na avaliação de programas ou experiencias desenvolvidas (FIGUEIRÓ, 1996) ou ainda artigos que avaliam produções como mídias. outros artigos, livros, teses, dissertações (produções acadêmicas), etc. (e.g. QUIRINO e ROCHA, 2013). Sendo encontrada em 41 artigos, ou seja, o tipo mais representativo neste trabalho.

Uma questão frequente neste tipo de pequisas foi: Como a Educação Sexual na formação de professores e profissionais de saúde?

Para Ciuffo e Ribeiro (2008) e Dias e Amorim (2015), artigos analisados, constata-se que é necessária uma reformulação mais abrangente nos currículos dos profissionais da saúde e do magistério, respectivamente, pois este se atém a doença e as causas biológicas se distanciando do social e das políticas preventivas. Os autores apontam que há uma dissonância entre a realidade e o currículo vivido na escola médica, sendo o “novo paradigma” construir base nas relações dos estudantes, docentes, população e SUS.

Foram encontrados 5 trabalhos com análise de mídias variadas. Soares (2007) analisou a forma e a pedagogia de um programa de televisão que promovia namoros. Sales e Paraíso (2013) avaliam as relações de gênero e sexualidade no extinto *Orkut* [2004-2014]. Louro (2008b) discute sobre a linguagem do cinema em relação a sexualidade e gênero. Salgado (2012) mostra os estereótipos do gênero feminino sob o olhar das animações e Xavier Filha (2014) nos livros didáticos. Borges e Borges (2018), apresentam como as mídias de massa podem influenciar planos de educação, no caso estaduais e municipais do Rio Grande do Sul, em relação a Educação Sexual. Em comum todos os textos mostram como o discurso dessas mídias impacta no cotidiano e na Educação Sexual. Sendo Borges e Borges que apresentam a causa e consequência de na prática.

As análises de textos científicos somam 5 produções. Nicolino e Paraíso, (2014) analisaram como a sexualidade na escola é abordada em teses do estado de Goiás. De forma sintética as produções analisadas pelas autoras expõem processo de dificuldade na formação docente, falta de investimentos governamentais e o silenciamento como prática da Educação Sexual sendo esta guiada por saberes diversos (família, religião, mídias). Balthazar e Marcello (2018) analisaram a produção brasileira divulgada na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) vinculada ao Grupo de Trabalho (GT) 23 — Gênero, Sexualidade e Educação, relação entre imagem feminina gênero e sexualidade. Como resultado prático os autores apontam o estereótipo do feminino, mas de alguma forma movimentaram discussões sobre esse aspecto. Características extremamente próximas as encontradas nesta dissertação.

4.5.4 Análise investigadora

Consiste na avaliação de comportamentos/atitudes sexuais, assim como conhecimentos e opiniões sobre Sexualidade, Educação Sexual (FIGUEIRÓ, 1996) e gênero (e.g. BORGES *et al.* 2016).

Tipo de pesquisa bastante frequente somando 38 artigos. Entre os quais a pergunta mais frequente é como determinado grupo se comporta ou pensa sobre ISTs, gênero ou sexualidade? A seguir a síntese de alguns artigos que contemplam estas características .

Mandalozzo e Artes (2017) investigaram a remuneração de mulheres e homens baseados em dados estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2014 na dualidade de gênero. Os autores denunciam a diferença salarial encontrada entre homens e mulheres em profissões ditas “masculinas” (e.g. construção), sendo essa característica menos evidente em profissões elitizadas como Direito e Medicina.

Dornelles (2012) analisou prática da Educação Física o intuito de discutir e investigar sobre a e a relação de gênero. À partir de questionário a autora avaliou o discurso de professores da rede pública de Porto Alegre. Como resultado pode-se vislumbrar que há uma separação para os exercícios tanto por gênero (feminino x masculino) quanto por idade. Nesse contexto o corpo feminino é tido como mais frágil sendo condicionado a atividades consideradas mais leves ou femininas como voleibol ou pular corda. Já os meninos são direcionados a lutas e futebol, abdicando se assim da aptidões pessoais por preconceitos. Tal separação perpetua, mesmo que de forma velada, o discurso de mulheres fazem isso e homens aquilo.

Coelho e Campos (2015) focaram no entendimento da diversidade sexual por estudantes do E. Fundamental II e qual é a abordagem em sala de aula. Foram utilizados questionário, entrevista, produção de textos e análise documental. Em suma os alunos veem o grupo LGBTQI como “estranhos”, mas acreditam que devem que têm o dever de respeitar as condições de cada um. Entretanto homossexuais e bissexuais possuem maior aceitação que travestis. Kulik (2008) em livro baseado no convívio com travestis baianas apresenta a marginalização das travestis em nossa sociedade. O termo travesti é tipicamente brasileiro, designa uma pessoa que nasceu do sexo masculino, mas que se reconhece em uma identidade de gênero feminino. Entretanto as travestis possuem uma cultura própria com linguajar e comportamento característicos, não sendo sinônimo de transgênero feminino. Pela não aceitação da sociedade as travestis possuem dificuldade no mercado de trabalho muitas vezes recorrendo a prostituição (KULIK, 2008). As travestis sofrem então a combinação de dois estigmas marginalizados em nossa sociedade a sexualidade/gênero diverso e a prostituição. Coelho e Campos (2015) por fim detectaram que os professores não abordam estas questões, mesmo o Ensino de Ciências, sendo um momento privilegiado discutir sobre diversidade sexual e gênero.

As autoras Vieira e Matsukura (2017) buscaram entender concepções e práticas de professores do Ensino Fundamental da rede pública de São Carlos - São Paulo. Assim como

esperado verificarmos que a sexualidade estava incluída especificamente nos currículos de Biologia, mesmo como PCN preconizando a transversalidade e a interdisciplinaridade do tema. As autoras verificaram também que as práticas escolares possuíam o enfoque centrado no modelo biológico focadas nas questões de prevenção de ISTs e gravidez na adolescência, sob perspectiva reguladora e disciplinadora da sexualidade em consonância com o PNE e BNCC.

Roselli-Cruz (2011) aborda sobre violência na linguagem e a homofobia que será abordado no subtópico Homofobia [7.5.5].

4.6 ELEMENTOS RELACIONADOS

A seguir, apresenta-se a síntese e discussão sobre os temas mais evidentes e recorrentes encontrados nos artigos durante a análise. Estes Elementos relacionados são os temas que aparecem concomitante as palavras-chaves (Educação Sexual, Educação DST/IST, Ensino DST/IST, Doenças Sexualmente Transmissíveis, Infecções Sexualmente transmissíveis e Gênero). Sendo a ordem dos subtítulos ligada ao quantitativo de artigos encontrados, iniciando da maior para a menor quantidade.

4.6.1 Relações de gênero

Nos textos analisados é frequente o termo gênero se apresentar de forma binária “homem x mulher” e/ou “feminino x masculino”, relacionados a escolha de profissão e mercado de trabalho (e.g. MANDALAZZO e ARTES, 2017), brincadeiras/esportes escolares (e.g. DORNELLES, 2012), vulnerabilidade social (e.g. SANTOS, 2016), comportamento social por gênero (e.g. DORNELLES, 2012; SENKEVICS e CARVALHO, 2015) e diversidade sexual/gênero (e.g. CAMPOS e COELHO, 2015).

Klein e colaboradores (2013) falam diferença de gênero sob o olhar das políticas públicas para a maternidade e na importância de se fomentar estruturas educacionais e de saúde para que haja a inclusão social da família da mulher, utilizando esta como agente de transformação de problemas sociais. Neste trecho do artigo é possível entender o proposto pelas autoras: “Apresentadas como parceiras estratégicas do Estado, elas devem contribuir de forma decisiva para a resolução de problemas sociais como, por exemplo, a violência, a fome, a desnutrição, a drogadição, a gravidez na adolescência etc.”

Incluídos em discussões de comportamento social e diversidade sexual e de gênero, Torres e Prado (2014) e Seffer e Reidel (2015) possuem uma visão diferenciada do tema. Os autores investigam e apresentam um novo cenário educacional brasileiro, trazendo visibilidade e discussões sobre professoras travestis e transexuais. Os autores por meio de uma análise investigativa abordam a dificuldade no mercado de trabalho e o preconceito, a relação com a escola e os alunos.

Louro (2001) diz que para a parcela conservadora da sociedade as discussões sobre a sexualidade e gênero ameaçam a “vocação normalizadora” da Educação. Por isso, as novas questões sobre sexualidade e gênero não conseguem sair das questões antigas no currículo, sendo uma opção mais segura para a Escola e os educadores se manterem em velhas práticas.

O subtópico a seguir Violência / Abuso [7.5.2] deste também está diretamente relacionado ao comportamento social e a binaridade de g neros, mas ganhou uma seção devido a frequência ea crescente discussão sobre feminicídio e violência contra a mulher. Sendo o Brasil o 5  no *ranking* de taxa de feminicídio no mundo (MACHADO e ELIAS, 2018) A violência e o abuso devem ser discutidos na Educação Sexual para a promoção da equidade de gênero. Visto que apesar de não ser exclusiva é evidente uma violência direcionada por gênero dentro de nossa sociedade (AZADINHO; OLIVEIRA; MILANI, 2020).

4.6.2 Violência / Abuso

A violência doméstica ou intrafamiliar contra crianç s e adolescentes vêm ganhando espaço nas discussões sobre a saúde, educação e políticas públicas em diversos países (BRINO e SOUZA, 2016). Sendo contemplado por 3 artigos o assunto em aqui analisados.

Apesar da importância muitos professores admitem não tem conhecimento suficiente sobre o assunto (BRINO e SOUZA, 2016). Tanto Brino e Souza (2016) quanto B rnea, Gonç lves e Padovani (2011) fizeram parte da análise e sintetizam, a dificuldade da na formação desses profissionais em relação a Educação Sexual e o caracter de análise investigativa das pesquisas voltadas a violência e abuso. Desta forma apresenta que grupos essenciais para a Educação Sexual, formal ou não-formal, possuem pouco conhecimento sobre o assunto acarretando em uma postura profissional inapropriada frente aos casos de violência/abuso. Ademais esta falta deixa um *locus* preenchido por crenças e concepções inadequadas.

Ribeiro e Riva (2019) reforçam o papel da escola, assim como da sociedade, de proteger e assegurar às crianças e adolescentes seus direitos básicos para que possam se desenvolver de maneira natural e saudável. O artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ressalta que nenhuma criança ou adolescente pode ser objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990). A Lei 11.340/2006, mais conhecida como Maria da Penha, dedica-se a violência no ambiente doméstico, familiar ou de intimidade, praticada principalmente contra a mulher. Sendo acrescida pela Lei 13.431/17, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência (CUNHA e PINTO, 2007). Portanto escolas e postos de saúde/hospitais tem como obrigação desenvolver não somente atos preventivos e de conscientização sobre ISTs, mas também em relação abusos e violência, assim como a notificação de conselhos tutelares e delegacias especializadas assim que for percebida a injúria.

4.6.3 Raça/Etnia

A relação direta de temas da Educação Sexual com discussões sobre raça e etnia aparecem 3 vezes de formas distintas. Antes de entrar no âmbito raça/etnia – Educação Sexual, vale a pena ressaltar que esse tipo de pesquisa é recente, pois antes se negava que havia racismo no Brasil, visão ainda defendida por grupos conservadores. Rohden (2009) define “(...) as políticas educacionais que procuram minimizar as atitudes discriminatórias por meio da negação de que existam como realidade, acabando por confirmá-las”.

Rohden (2009), artigo analisado nesta pesquisa, apresenta um curso piloto de educação a distância integrando gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. O curso foi voltado para professores do ensino fundamental público de 6 municípios. O autor percebeu durante as práticas que os professores em exercício tem medo de abordar estes temas em sala de aula, principalmente para não entrar em conflito com as famílias dos educandos. Entretanto o autor afirma que é importante subsidiar discussões da natureza histórica e das desigualdades sociais postas pelo fundamentalismo. Além disso, somente que debatendo sobre relações étnico-raciais, gênero e sexualidade é possível uma transformação cultural e social.

Santos (2016), abre discussão sobre AIDS, abuso sexual e violência doméstica. A partir de dados a autora reitera as disparidades e a maior vulnerabilidade social da mulher negra, permeando pelo quadro epidemiológico que ressaltam as iniquidades de acesso a saúde da

população negra. O texto destaca a forma como o Estado trata a mulher negra, e o racismo institucional como mecanismo velado de violência sobre essa população.

Spiassi *et al.* (2010) estudaram a as possibilidades de integração entre as agendas do movimento negro e a prevenção das ISTs. Apesar das metodologias e finalidades distintas os três textos escancaram vulnerabilidade da população negra, não somente à prevenção de ITS/AIDS, mas também da saúde como um todo. Tanto Spiassi *et al.* (2010) quanto Santos (2016) destacam a necessidade de fortalecimento de políticas públicas e educacionais para a prevenção contra as ISTs dedicada a esta população. Assim como ações conjuntas entre os serviços de saúde, escolas e movimento sociais.

4.6.4 IST

Apesar das recomendações da OMS em 2001 e do MS em 2016 para utilização da sigla IST ou invés de DST, como mencionado no tópico IST/DST desta dissertação, inúmeros textos ainda se utilizam do termo Doença ao invés de Infecção. Santos (2016), por exemplo, utiliza DST no título evidenciando que a terminologia ainda é corriqueira.

Preocupação com a AIDS/HIV ainda é grande sendo citado em 11 títulos e inúmeras citações durante os 101 trabalhos analisados. Evidenciando algo apontado na Fundamentação Teórica deste trabalho: as discussões sobre o HPV, sífilis, gonorreia, etc. são comumente negligenciadas, pois ênfase é dada na Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS/SIDA) (ABREU *et al.* 2014).

Em comum os artigos dedicados as ISTs possuem modelo biológico-centrado, além de se aterem a relações heterossexuais De Luiz (2013) dizem que este caráter prescritivo, biomédico e heteronormativo das políticas de saúde e educação aumentam a vulnerabilidade dos grupos LGBTQI. Além das características de invisibilidade dessa população a impossibilidade de gravidez nas relações homossexuais reforçam a despreocupação da utilização de preservativos.

Sousa *et al.* (2018) e Borges *et al.* (2016) estudaram o comportamento sexual adolescente em relação a ISTs e a contracepção. Já De Luiz (2013) também estudou o comportamento em relação a ISTs, mas em homens homossexuais. Em comum estes três textos apontam que estes grupos possuem as informações científicas e estas circulam no cotidiano sendo na gestão de riscos. Ainda sim há frequência nas relações sexuais sem proteção.

4.6.5 Homofobia

Dentre este tema três artigos se destacaram. Borges e Meyer (2008) analisa as possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. Através de grupos de discussão e entrevistas com professoras que participaram do curso "Educando para a Diversidade" financiada pelo programa "Brasil Sem Homofobia", do Ministério da Saúde. As autoras perceberam a dificuldade em lidar com o tema, pois há um recorrente "pânico moral". Isso se refere à idéia de contaminação e estimulação de uma sexualidade a partir do convívio e discussão desta. Por exemplo, quando há uma cena de carinho entre duas pessoas do mesmo sexo nas novelas, inevitavelmente logo após é possível encontrar discursos nas mídias sociais alegando que aquela imagem vinculada estimulará crianças e adolescentes a agirem da mesma forma. Devido a este pânico, os próprios participantes do referido curso se sentiram em uma situação de vulnerabilidade perante a escola, colegas de profissão e familiares.

Teixeira Filho, Rondi e Bessa (2011) e Roselli-Cruz (2011) discutem sobre a linguagem homofóbica dentro das escolas. Os autores concluem, no que diz respeito aqueles que não se encaixam na heteronormatividade discurso voltados a eles reproduz preconceitos e estereótipos sexistas, resultando em ataques verbais e físicos. Roselli-Cruz utilizou o palavrão como meio de diagnóstico assim como a discussão sobre eles a ferramenta para se discutir a homofobia. Ficando evidente que até os xingamentos são baseados em preconceitos sexuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou dialogar com os trabalhos das professoras doutoras Mary Neide Domico Figueiró e Guacira Lopes Louro, ambas com mais de 20 anos na pesquisa em Educação Sexual. Assim como, com documentos oficiais, entre eles, normas legais que orientaram a educação brasileira e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Temas relacionados sexo e sexualidade ainda constituem um extremo tabu em nossa sociedade, sendo estabelecidos como normalidade padrões do século XIX, o discurso da família e da moral cristã, associados ao pecado. Ao analisarmos a Educação Sexual brasileira em uma trajetória temporal, podemos perceber que apesar das diversas mudanças sociais, políticas e educacionais, quando envolvemos educação e sexualidade na mesma frase muitas batalhas são travadas, avanços e recuos são sentidos. É possível destacar que as discussões nas primeiras décadas do século XX ressaltavam o caráter higienista da Educação Sexual (como educação e saúde). O foco era estabelecer comportamentos que favorecessem por padrões de saúde e o combate as doenças venéreas. Sobressai também nesse momento de nossa história, as tentativas de inserção da discussão sobre o papel da mulher na sociedade defendido pelas primeiras feministas.

A Educação Sexual sofreu várias restrições de cunho religioso, diversas vezes promulgada inclusive por escolas laicas. Muitas foram as lutas por sua implementação plena no espaço escolar, mas ao mesmo tempo, bandeira de batalha dos defensores da ordem moral e dos segmentos políticos e religiosos. Desta forma, fica estabelecido os papéis aceitos na sociedade. A principal forma de estabelecer esses papéis é abordagem da Educação Sexual diferenciada para homens e mulheres como defendido no início do século XX e retomado por algumas correntes conservadoras atuais.

No período da ditadura militar, os representantes do poder tentaram manter afastado tais temas por julgá-los ofensivos e relativos somente ao núcleo familiar, ou seja, que compete a família e não a escola educar o indivíduo para a sexualidade. Esse posicionamento parece guardar alguma similaridade com discursos atuais de setores que defenderam a retirada de temas como gênero e sexualidade da BNCC. Algo que foi concretizado, medida que reforça valorização do patriarcado, dificultará a prevenção de gravidezes indesejadas, assim como reforçará a visão da sexualidade dentro da heteronormatividade, inclusive quando falamos de prevenção a DSTs.

A revisão revelou que temas ligados a Educação Sexual estão presentes de forma constante na maioria das publicações do extrato A1 da Capes.

Em relação às revistas analisadas, faz-se necessário ressaltar que apesar de serem A1 na área de Ensino, diversas vezes os artigos encontrados sobre gênero e IST são voltados para binaridade de gênero no trabalho, práticas de saúde pública e incidência de HIV/AIDS. Outro fator relevante é a grande presença de artigos que utilizam seu grupo amostral ou discussão de política pública em outros países, que se enquadram neste caso, sendo estes tratados de forma generalizada no subtópico nacionalidade.

As revistas que se dedicam as ciências exatas não apresentaram artigos voltados para a Educação Sexual. O mais próximo disso é a discussão sobre gênero encarada como a necessidade de mais mulheres nestas áreas e as dificuldades encontradas por elas na formação acadêmica e no mercado de trabalho. Algo que também é evidenciado em revistas de outras áreas da ciência.

Apesar das dificuldades existentes na sociedade em discutir sobre sexo, sexualidade, gênero e ISTs, estes se mantiveram presentes nas publicações brasileiras de forma tímida, mas constante entre 2007-2018. Mesmo com eventos importantes como, por exemplo, o PSE em 2007, e a homologação BNCC em 2017, as taxas de publicação se mantiveram constantes.

Nem todos os artigos analisados eram diretamente envolvidos com algum tipo de ensino formal. Apesar de estarem contidos em revistas A1 na área de ensino, alguns artigos visavam entender algum panorama, por exemplo, gênero e mercado de trabalho, vulnerabilidade social em relação a violência e acesso a métodos contraceptivos, discussões teóricas sobre sexualidade gênero, etc.

Mesmo não sendo o grupo amostral de estudo é evidente que há uma quantidade considerável de estudos estrangeiros que tenham relação com Educação Sexual. Entretanto estes se concentram em questões de divisão de gênero (e.g. Escolas exclusivas masculinos-franca ou diferença de aprendizado entre meninos e meninas (e.g.Espanha) ou ainda programas de saúde ou assistência social (e.g países da África, Argentina e China).

No material analisado destaca-se o interesse crescente de estudos e publicações sobre as temáticas gênero e sexualidade nas mais variadas áreas do conhecimento e a importância da inclusão dos estudos de gênero e sexualidade nos cursos de formação docente. Tal importância deve-se principalmente a escassez de trabalhos tipo explanação teórica, ou seja, aqueles que forneçam alguma metodologia de como trabalhar a Educação Sexual. Portanto os profissionais que necessitem de uma visão prática da Educação Sexual encontrarão dificuldade em acessa-

las. É evidente a carência de deste tipo inclusive na formação de cursos ou disciplinas para profissionais de educação e saúde.

Os trabalhos em relação a história da Educação Sexual também tiveram baixa produção, evidenciado que a reflexão sobre o contexto histórico está sendo negligenciada. Utilizando a premissa “só se entende o presente a presente e se a primora o futuro a partir do estudo e avaliação do passado”. Durante a história da Educação Sexual houveram muitos avanços e retrocessos, assim como interferências políticas. Sendo assim, dificilmente haverá um avanço na área, sem amarras, sem entender o todo histórico, político, social e filosófico que permeiam a Educação Sexual.

Os trabalhos de prática e metodologia de Ensino são raros, caso algum professor necessite de auxílio para suas aulas através de artigos acadêmicos ele terá bastante dificuldade.

Um aspecto interessante é a constância de termos como DST ao invés e Orientação ao invés de Educação Sexual, utilização desses termos continua forte apesar das discussões sobre as terminologias apresentarem mais de 20 anos. Esse cataer se deve muito a presença desses termos em documentos e programas públicos de extremamente relevantes como o PCN e o PSE. Outro termo bastante frequente é Doença Sexualmente Transmissível (DST), sendo este modificado para Infecção Sexualmente Transmissível (IST) pela Organização Mundial de Saúde em 2001 e pelo Ministério da Saúde em 2016.

A relação binária de gênero (homem/mulher ou macho/fêmea) é frequente inclusive em textos que discutem sobre sexualidade. Sendo esta quase que exclusiva quando se trata de discussões sobre mercado de trabalho, educação infantil, prevenção a ISTs e violência sexual/doméstica. Esta relação é marcante quando se trata em métodos preventivos, havendo maior relevância a prevenção em relações heterossexuais. Muito dessa característica deve-se a preocupação conceptiva em relações heterossexuais, preocupação inexistente em relações homossexuais.

A LGBTQfobia ainda é muito frequente em nossa sociedade estando presente na linguagem, no comportamento e na disponibilidade de acesso a saúde. A dificuldade de abordagem deste assunto é grande inclusive com professores e profissionais da saúde, principais responsáveis pela Educação Sexual.

Relações étnico raciais quanto violência doméstica e abuso sexual aparecem atreladas a gênero e sexualidade, principalmente em pesquisas nos últimos 5 anos, reiterando o caráter

transdisciplinar da Educação Sexual e a necessidade de mais espaços de discussão além da Escola.

Embora a Educação Sexual apresente-se PCN de forma transversal e interdisciplinar verificou-se muitas pesquisas possuem enfoque no modelo biológico-centrado, principalmente quando focadas nas questões de prevenção de ISTs e gravidez na adolescência. O enfoque apresentado condiz com o proposto no BNCC quando se expõe que a ensino deve ser voltado para “Mecanismos reprodutivos e sexualidade”.

Um aspecto importante a ser discutido na sociedade, é que uma Educação Sexual abrangente, é assegurada de forma explícita em documentos públicos, como: PCN (1997), Programa Nacional de DST e AIDS (2005) e decreto nº 6.286 (PSE/2007). Portanto a Educação Sexual é direito, sendo dever de todo cidadão exigir do poder público sua existência plena.

Em março de 2020, o planeta se deparou com a Pandemia de Covid-19, com isso novos desafios estão sendo enfrentados nas mais diversas áreas e nossa sociedade se depara com novos arranjos nas relações interpessoais. No período de defesa deste trabalho surgiram diversos artigos que mostramos desafios do Ensino remoto, o aumento dos “afazeres da mulher” no trabalho e/ou estudo remoto e a crescente da violência doméstica no período de reclusão pandêmico. Sendo estes outros desafios a serem enfrentados e discutidos dentro da Educação Sexual presente e futura.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. *Prática de Educação Sexual*. Bahia. Mensageiro da fé: 1946. 160p.

ABRAMOVAY, M. *Juventude e sexualidade*. In: ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L.B. da. Brasília: UNESCO; Brasil, 426 p., 2004.

ABREU, F. B .; CABRAL, G. B.; CORDEIRO, J. E. R.; MANHÃES, M. A.; GAMA, H. P. P.; SOUZA, V. D. S. *A consciência dos adolescentes da cidade de Campos dos Goytacazes (RJ) em relação às DST's*. Perspectivas On Line 2007-2010, v. 2, n. 8, 2014.

ALTMANN, H. *Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Revista Estudos Feministas. v. 9, n. 2, 12 p., 2001.

ATIENZA MACÍAS, E.; ARMAZA, E. J. *La transexualidad: aspectos jurídico-sanitarios en el ordenamiento español*. Salud colectiva, v. 10, p. 365-377, 2014.

ARMBRUSTER, B.; LUCAS, A. M. *Effectiveness of a no-sex or safe-sex month in reducing HIV transmission*. Bulletin of the World Health Organization, v. 90, p. 504-512, 2012.

AZADINHO, M. P. M.; OLIVEIRA, A.; MILANI, D. R. *A Educação Sexual e a promoção da equidade de gênero no enfrentamento da violência doméstica contra mulheres*. Revista on line de Política e Gestão Educacional, 1727-1742 p., 2020.

BALTHAZAR, G. S.; MARCELLO, F. A. *Corpo, gênero e imagem: desafios e possibilidades aos estudos feministas em educação*. Revista Brasileira de Educação, v. 23, 2018.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 224 p., 1977.

BASSALO, L. M. *A Educação Sexual na primeira metade do século XX no Brasil*. Anais: 33ª Reunião Anual ANPed – UEPA e UNAMA. Caxambú – Minas Gerais. 2010.

BATISTA, M. C. H.; ZAMBENEDETTI, G. *Uma pesquisa-intervenção sobre prevenção às IST/HIV com mulheres lésbicas e bissexuais*. Revista Psicologia em Pesquisa, v. 11, n. 2, 2017.

BELLENZANI, R.; SANTOS, A. O.; PAIVA, V. *Agentes comunitárias de saúde e a atenção à saúde sexual e reprodutiva de jovens na estratégia saúde da família*. Saúde e Sociedade, v. 21, 637-650 p., 2012.

BERALDO, F. N. M. *Sexualidade e escola: espaço de intervenção*. Psicologia Escolar e Educacional, v.7, n. 1, 103-104p., 2003.

BEZERRA, E. M.; SANTOS, R. N. M. *Documentos “sensíveis” e censura no período do AI-5 (1968-1978) no Brasil*. In: XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2017. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/viewFile/532/1113>. Acesso em: 25 de junho de 2017.

BONFIM, C. R. S. *Educação Sexual e Formação de Professores de Ciências Biológicas: contradições, limites e possibilidades*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

BORGES, L. S.; CANUTO, A. A. A.; OLIVEIRA, D. P.; VAZ, R. P. *Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas*. Psicol. cienc. prof. [online]., vol.33, n.3, 730-745 p., 2013.

BORGES, R. O.; BORGES, Z. N. *Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas*. Revista Brasileira de Educação [online]. vol.23, 2018.

BORGES, I. C. C.; MACHADO, C. J. Centro de Referência e Treinamento DST/AIDS-SP. Coordenadoria de Controle de Doença, Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. *Guia de bolso para o manejo de sífilis em gestante e sífilis congênita*. 2ª Edição. São Paulo: Secretaria de Estado da Saúde;. 2019.

BORGES, Z. N.; MEYER, D. E.. *Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia*. Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 16, n. 58, p. 59-76, 2008.

BORGES, A. L. V., FUJIMORI, E., KUSCHNIR, M. C. C., CHOFAKIAN, C. B. D. N., MORAES, A. J. P. D., AZEVEDO, G. D; VASCONCELLOS, M. T. L. D. *ERICA: início da vida sexual e contracepção em adolescentes brasileiros*. Revista de Saúde Pública, 50, 15s. 2016.

BÓRNEA, E. R.; GONÇALVES, A.; PADOVANI, C. R. *Avaliando Conhecimento em DST de Graduandos em Medicina segundo a Taxonomia de Bloom*. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 38, n. 1, p. 25-30, 2014.

BRAGA, A.V. *Identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN*. Revista Iberoamericana de Educación, v. 40, n.2, 1-9 p., 2006.

BRANDÃO, E. R.. *Hormônios sexuais, moralidades de gênero e contracepção de emergência no Brasil*. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 18 de julho de 2018.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069 , 1990.

_____. *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais/ Org. Pereira, M. E., Rohden, F. – Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 108p, 2007a.*

_____. *Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC) /Orgs. Henriques, R.; Brandt, M. L. A.; Junqueira, R. D.; Chamusca, A, 87 p. 2007b.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasília, 1996.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: Ensino Médio*. Brasília, 1999.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília, 1997c.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Programa Nacional de DST e Aids*. Manual de Bolso das Doenças Sexualmente Transmissíveis / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST e Aids. Brasília: Ministério da Saúde. 108 p. 2005.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Doenças sexualmente transmissíveis (DST)*. 09 de Setembro de 2015. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/dicas-em-saude/2063-doencas-sexualmente-transmissiveis-dst#:~:text=As%20Doen%C3%A7as%20Sexualmente%20Transmiss%C3%ADveis%20\(DST,%2C%20corrimentos%2C%20bolhas%20ou%20verrugas](https://bvsmis.saude.gov.br/dicas-em-saude/2063-doencas-sexualmente-transmissiveis-dst#:~:text=As%20Doen%C3%A7as%20Sexualmente%20Transmiss%C3%ADveis%20(DST,%2C%20corrimentos%2C%20bolhas%20ou%20verrugas). Acesso: 20 de setembro de 2020.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria-Executiva. Subsecretaria de Assuntos Administrativos. Regimento Interno do Ministério da Saúde : Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016 a. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/regimento_interno_ministerio_saude.pdf

_____. Ministério da Saúde. *Departamento passa a utilizar nomenclatura "IST" no lugar de "DST"*. 2016 b. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/en/node/59358>

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: apresentação dos temas transversais/* Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEP, 146p, 1997a.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual*. Brasília: MEC/SEF, 1997b.

_____. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 76 p., 2007c.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007 d.

BRINO, R. F.; SOUZA, M. A. O. *Concepções sobre violência intrafamiliar na área educacional*. Educação & Realidade, v. 41, n. 4, p. 1251-1273, 2016.

BUSS-SIMÃO, M. *Relações sociais de gênero na perspectiva de crianças pequenas na creche*. Cadernos de pesquisa, v. 43, n. 148, p. 176-197, 2013.

BUTLER, J. *Regulações de gênero*. Cad. Pagu, Campinas, n. 42, p. 249-274, June 2014. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100249&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 18 Dezembro 2020.

CAMARGO, B. V.; BOTELHO, L. J. *Aids, sexualidade e atitudes sobre a proteção contra o HIV*. Revista de Saúde Pública, v. 41, n. 1, 61-68 p., 2007.

CAPUTO, V. G.; BORDIN, I. A. *Gravidez na adolescência e uso freqüente de álcool e drogas no contexto familiar*. Revista de Saúde Pública [online]. vol.42, n.3 p.402-410. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102008000300003&lng=en&nrm=iso Acesso em: 30 de dezembro de 2018.

CARDOSO, J. C.; MWOLO, M. P. *Assessment of non-formal sexual education strategies for adolescent girls: the case of Tanzania*. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 527-547, abr. 2017.

CARNEIRO, R. F.; SILVA, N.C.; ALVES T. A.; ALBUQUERQUE, D. O.; BRITO, B. C.; OLIVEIRA, L. L. *Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar*. SANARE-Revista de Políticas Públicas, v. 14, n. 1, 2015.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Género y cuidado en políticas: salas de acogida del projevem urbano*. Cadernos de Pesquisa. v. 47, n. 163, p. 264-291, 2017.

CÉSAR, M. R. *Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia"*. Educar, Curitiba: UFPR, n. 35, 37-51 p., 2009.

CICCO, R. R.; VARGAS, E. P. *As doenças sexualmente transmissíveis em livros didáticos de biologia: aportes para o ensino de ciências*. Atibaia: REIEC, n.7, v.1, 10-21 p. 2012.

_____. *Diversidade sexual, escola e família: Contribuições para as práticas de ensino*. Trabalho de conclusão de curso, tese. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2017.

CIRINO, F. M. S. B.; NICHATA, L. Y. I.; BORGES, A. L. V. *Conhecimento, atitude e práticas na prevenção do câncer do colo uterino e HPV em adolescentes*. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem. Rio de Janeiro. v. 14, n. 1, 126-134 p., 2010.

CIUFFO, R. S.; RIBEIRO, V. B. *Sistema Único de Saúde ea formação dos médicos: um diálogo possível?*. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 12, n. 24, p. 125-140, 2008.

CODES, J. S.; COHEN, D. A.; MELO, N. A.; TEXEIRA, G. G.; LEAL, A. S.; SILVA, T. J.; OLIVEIRA, M. P. R. *Deteção das doenças sexualmente transmissíveis em ambientes clínicos*

e não clínicos na cidade de Salvador, Bahia. Cadernos de Saúde Pública, São Paulo. v. 22, 325-334 p., 2006.

COELHO, L. J.; CAMPOS, L. M. L.. *Diversidade sexual e ensino de ciências: buscando sentidos*. 2014.

CORRÊA, M. C. S. M. *Anatomia e Fisiologia*. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Paraná - Educação a Distância. 2016. Disponível em : http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/431/3a_Disciplina_-_Anatomia_e_Fisiologia.pdf?sequence=1. Acesso 23 de Maio de 2020.

COSTA, R. M. J.; ARMINDO, I. L.; FERREIRA, F. M. S.; BORBA, R. C. N. *Transversalidade e diversidade: uma experiência na formação de professoras de Ciências e Biologia*. Transversalidade e diversidade: uma experiência na formação de professoras de ciências, Anais do VII ENEBIO – I EREBIO Norte. 4745-4754 p. 2018.

COSTA, A. C. R.; CORTINA, I. *Papel do enfermeiro na promoção e prevenção do Papiloma Vírus Humano na adolescência*. Revista de Enfermagem. UNISA. v. 10, n. 2, 134-138 p., 2009.

CRUZ, E. F. *Infâncias, adolescências e AIDS*. Educação em revista, n. 46, p. 363-384, 2007.

CUNHA, R. S.; PINTO, R. B. *Violência doméstica*. Lei Maria da Penha, 2007.

CUSSÓ-CALABUIG, R.; CARRERA FARRAN, X.; BOSCH-CAPBLANCH, X. *Are boys and girls still digitally differentiated? The case of Catalanian teenagers*. Journal of Information Technology Education: Research, 16, 411-435. 2017.

DAMASCENO, K. S. A.; ALVES, J. C. A.; ARAÚJO, M. A. L.; VALDANHA NETO, A. *Asistencia a mujeres embarazadas con VIH/SIDA en Fortaleza, Ceará, Brasil*. Salud Colectiva, V. 9, P. 363-371, 2013.

DA SILVA, D. Q.; GUERRA, O. U.. *Práticas de educación sexual: un análisis en escuelas municipales del sur de Brasil*. Education Policy Analysis Archives/Archivos Analíticos de Políticas Educativas, v. 19, p. 1-23, 2011.

DE LUIZ, G. *O uso da argumentação científica na opção por estilos de vida arriscados no cenário da AIDS*. Interface (Botucatu) 2013; 17(47):789-802.

DIAS, A. F.; AMORIM, S. *Corpo, gênero e sexualidades na formação docente: uma meta-análise*. Educar em Revista, n. 56, p. 193-206, 2015.

DORNELLES, P. G. *Do corpo que distingue meninos e meninas na Educação Física escolar*. Cadernos Cedes, v. 32, n. 87, p. 187-198, 2012.

EDMUNDO, K.; SOUZA, C. M.; CARVALHO, M. L. ; PAIVA, V. *Vulnerabilidade ao HIV em favela do Rio de Janeiro: impacto de uma intervenção territorial*. Revista Saúde Pública [online]. vol.41, suppl.2 pp.127-134. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000900019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 de Janeiro de 2019.

FELIPE, J. *Gênero, sexualidade e a produção de pesquisas no campo da educação: possibilidades, limites e a formulação de políticas públicas*. Pro-posições, Campinas, v. 18, n. 2, p. 77-87, 2007.

FERREIRA, N.S.A. *As pesquisas denominadas “estado da arte”*. Educação & Sociedade, São Paulo, ano 23, n. 79, 257-272 p., 2002.

FIGUEIREDO T.A.M.; MACHADO V.L.T.; ABREU, M.M.S. *A saúde na escola: um breve resgate histórico*. Ciência e Saude Coletiva; n. 5, v. 2, 397-402 p., 2010.

FIGUEIRÓ, M. N. D. *Produção teórica no Brasil sobre Educação Sexual*. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.98, 50-63 p. 1996.

_____. *Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola*. Revista Linhas (UDESC), v. 7, n. 12. 2006 a.

_____. *Formação de educadores sexuais: adiar não é possível*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006 b.

_____. *Educação Sexual: retomando uma proposta, um desafio*. 3. ed. Londrina: Eduel, 2010.

_____. *Educação Sexual no dia-a-dia*. Eduel, 2020.

FLACH, V. F.; KOPZINSKI, S. D. *Saberes matemáticos produzidos em um projeto interdisciplinar sobre Educação Sexual: análise de uma experiência pedagógica no 7º ano do ensino fundamental*. 2016

FRANCIS, D.; REYGAN, F. *'Let's see if it won't go away by itself.' LGBT microaggressions among teachers in South Africa*. *Education as change*, vol.20, n.3, 180-201 p.. 2016

FREITAS, L. M.; CHAVES, S. N. *Desnaturalizando os gêneros: uma análise dos discursos biológicos*. *Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências*, v. 15, n. 3, p. 131-148, 2013.

FURLANETTO, M.F.; LAUERMANNI, F.; COSTA, C.B.; MARIN, A.H. *Educação Sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura*. *Cadernos de Pesquisa*, v.48 n.168, 550-571 p., 2018.

FURLANI, J. *Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual*. *Educação em revista*, n. 46, p. 269-285, 2007.

GODOY, D. A. *Educação em sexualidade no brasil: um tour histórico e seus importantes desdobramentos para a formação do educador e do desenvolvimento da área na educação escolar*. *Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 20, n. 2, 272-280 p., 2018.

JESUS, J. G. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília:[s. n.], 2012.

KLEIN, C.; MEYER, D. E.; BORGES, Z. N. *Social inclusion policies in Contemporary Brazil and the education of motherhood*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 150, p. 906-923, 2013.

KULICK, D. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. 2008.

LEVÍN, S. *¿ Salud sexual y salud reproductiva sin libertad?: El conflicto por el aborto en Argentina*. *Salud colectiva*, v. 14, p. 377-389, 2018.

LIMA, E. B. *Sexualidade e Currículo Escolar: Um Diálogo a Partir da Legislação*. In: *Anais VI Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade*. São Cristovão – SE, 1-14 p., 2012.

LOURO, G. L. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2. 2008 a.

_____. *Cinema e sexualidade*. Educação & realidade. Porto Alegre. Vol. 33, n. 1 (jan./jun. 2008), p. 81-97, 2008 b.

_____. *Pedagogias da sexualidade*. In: LOURO, G.L. O corpo educado pedagogias da sexualidade. Editora Autentica, 2ª Ed., 2000.

_____. *O corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. "Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação." Revista estudos feministas 9.2 (2001): 541.

_____. *Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas*. Educação em Revista, n. 46, p. 201-218, 2007.

PEREIRA, R. M. *Gênero e sexualidade no ensino de ciências: analisando livros didáticos do Ensino Fundamental*. Trabalho de conclusão de curso, dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ-Nutes, 2013.

PINTO, J. P. *Ler e escrever sobre corpos: metodologia feminista para letramento de jovens*. Cadernos de Pesquisa, v. 41, n. 143, p. 538-558, 2011.

MACHADO, I. V.; ELIAS, M. L. G. G. *Femicídio em cena. Da dimensão simbólica à política*. Tempo Social, v. 30, n. 1, p. 283-304, 2018.

MACIEL, P.; GARCIA, M.; ALVES, M. *A lesbianidade como arte da produção de si e suas interfaces no currículo*. Revista Brasileira de Educação, v. 23, 2018.

MADALOZZO, R.; ARTES, R. *Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres*. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 163, p. 202-221, 2017.

MANEIRO, R.; MINNICELLI, M. *Tratamiento social de las diferencias, teorías infantiles y narrativas*. Educação & Realidade, v. 38, n. 2, p. 539-554, 2013.

MARTINS, E.F.; HOFFMANN, Z. *Os papéis de gênero nos livros didáticos de ciências. Ensaio*, v. 9, n. 1, 2007.

MEDEIROS, O.C.; BRAGA, E.; BARROSO, I.G.; RIPOSATI, A.; AUTH, M.A. *Resgatando o uso do preservativo: uma atividade interdisciplinar norteadas pelos Três Momentos Pedagógicos*. XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 11 p., 2017.

MELLO, E.J.C.J. Papilomavirus humano (HPV) em adolescentes de uma escola pública em São Luís – MA. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Saúde Materno-Infantil Universidade Federal do Maranhão. 81 f. 2009.

MADALOZZO, R.; ARTES, R. *Escolhas profissionais e impactos no diferencial salarial entre homens e mulheres*. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 163, p. 202-221, 2017.

MEYER, D. E. E.; KLEIN, C.; ANDRADE, S. S. *Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: implicações educativas*. Educação em Revista, n. 46, p. 219-239, 2007.

MIGUEL, L.F. *Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordaca no parlamento brasileiro*. Revista Direito e Práxis, v. 7, n. 15, 590-621 p. 2016.

MIRANDA, O.C.; GARCIA, P.C. *A Teoria Queer como representação da cultura de uma minoria*. Comunicação oral. III EBECULT: Encontro Baiano de Pesquisas em Cultura, 2012.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização*. In: Congresso de leitura do Brasil. . p. 1-19. 2007

MONTEIRO, R.L.M.; MONTEIRO, D.L.M. *A mídia na informação sobre saúde sexual*. Adolescência & Saúde. v. 2, n. 1, 17-28 p. 2005.

MONTEIRO, S. A.S.; RIBEIRO, P. R. M. *Sexualidade e Gênero na atual BNCC: possibilidades e limites*. Pesquisa E Ensino, 1, 2020.

MOROSINI, M.C. *Estado de conhecimento e questões do campo científico*. Revista Educação (UFSM), v. 40, n. 1, 101-116 p. 2015.

_____.; FERNANDES, C. M. B. *Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções*. Educação Por Escrito, v. 5, n. 2, 154-164 p. 2014.

MOSCHETA, M.S.; MCNAMEE, S; SANTOS, J. C. *Diálogo e transformação: incluindo a diversidade sexual no contexto educacional*. Educar em Revista, n. 39, p. 103-122, 2011.

MOSCONI, N. *Escola mista e igualdade entre os sexos no contexto francês*. Educação & Realidade, v. 39, n. 1, p. 221-239, 2014.

MOTT, M.L. *Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945)*. Cadernos Pagu, Campinas, Unicamp, n. 16, 199- 234 p., 2001.

NASCIMENTO, M.L.; CHIARADIA, C.F. *A retirada da orientação sexual do currículo escolar: regulações da vida*. SISYPHUS. Journal of Education, v. 5, n. 1, 101-116 p., 2017.

NEVES, M. B.; ROMERO, L. C. *A política brasileira de prevenção da síndrome da imunodeficiência adquirida na escola (1994-2014) e o papel da organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura*. Educação & Sociedade, v. 38, n. 141, p. 983-997, 2017.

NEUBERT, P. S., RODRIGUES, R. S.; MÜLLER, Y. M. R. *Periódicos científicos de ciências biológicas: estudo dos títulos classificados no estrato A1 do Qualis*. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, 11(3). 2017

NICOLINO, A. S.; PARAÍSO, M. A. *Escolarização da sexualidade no Estado de Goiás: o que mostram as dissertações e teses*. Educar em Revista, n. SPE-1, p. 171-193, 2014.

NOGUEIRA, C.; SAAVEDRA, L.; COSTA, C. *Visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a Educação Sexual ea prevenção de comportamentos sexuais de risco*. 2008.

OLIVEIRA, E.; ENS, R.T.; ANDRADE, D. B. S. F.; MUSSIS, C. R. *Análise de conteúdo e pesquisa na área da educação*. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 4, n. 9, 11-27 p., 2003.

OLIVEIRA, R.M.; DINIZ, D. *Materiais didáticos escolares e injustiça epistêmica: sobre o marco heteronormativo*. Educação e Realidade. [online]., v.39, n.1, 241-256 p., 2014.

OLIVEIRA, H. F. *Indivíduos do sexo masculino no curso de letras: performances discursivas, gênero e profissão docente*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 97, n. 247, p. 552-569, 2016.

PACHECO, C. C. *Prevenção das DST/Aids e sexualidade: perguntas de adolescentes no município de Maricá/RJ*. Enfermagem Brasil, v. 12, n. 4, p. 217-222, 2019.

PAIVA, V.; ANTUNES, M. C.; SANCHEZ, M. N. *O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola*. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 24, p. 185, 2019

PEREIRA, R. M. *Gênero e sexualidade no ensino de ciências: analisando livros didáticos do ensino fundamental*. 132 f. Trabalho de conclusão de curso, dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ-Nutes, 2013.

PINO, N. P. *A teoria Queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos*. Cad. Pagu, Campinas, n. 28, p. 149-174, June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 de Dezembro de 2020.

PRAT GRAU, M.; FLINTOFF, A. *Tomando el pulso a la perspectiva de género: un estudio de caso en una institución universitaria de formación de profesorado de educación física*. REIFOP, 15 (3). 2012. Disponível me: <http://www.aufop.com>. Acesso em : 24 de junho de 2019.

QUIRINO, G.; ROCHA, J. B. T. *Prática docente em Educação Sexual em uma escola pública de Juazeiro do Norte, CE, Brasil*. Ciência & Educação (Bauru), v. 19, n. 3, p. 677-694, 2013.

RAUSCHENBERGER, M. M., SWEEDER, R. D. *Gender performance differences in biochemistry*. Biochem Mol Biol Educ 38, 380–384. 2010

RIBEIRO, A. I. M. *Mulheres e educação no Brasil-Colônia: histórias entrecruzadas*. In: LOMBARDI *et al.* (Orgs.). Navegando pela História da Educação Brasileira. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.

REIS, C. Á.; PARAÍSO, M. A. *A constituição de corpos guerreiros em um currículo escolar*. Educação & Realidade, v. 38, n. 4, p. 1243-1266, 2013.

RIBEIRO, L. R. S.; RIVA, L. Cr. *Violência infantil intrafamiliar na sociedade contemporânea*. Anais do SEMEX, n. 12, 2019.

RIOS, R. R.; PIOVESAN, F. *A discriminação por orientação sexual*. In: *Seminário Internacional- As minorias e o direito*, Brasília, Série Cadernos do CEJ, v. 24. 2001

ROHDEN, F. *Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor*. Cadernos de pesquisa, v. 39, n. 136, p. 157-174, 2009.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. *As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação*. Revista diálogo educacional, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.

ROSELLI-CRUZ, A. *Homossexualidade, homofobia e a agressividade do palavrão: seu uso na Educação Sexual escolar*. Educar em revista, n. 39, p. 73-85, 2011.

ROSEMBERG, F. *"A Educação Sexual na escola"*. Cadernos de Pesquisa, n. 53, p. 11- 19, 1985.

RUFINO, A. C.; MADEIRO, A. P. *6 práticas educativas em saúde: integrando sexualidade e gênero na graduação em Medicina*. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 41, n. 1, p. 170-178, 2017.

SAFRANOFF, A. *Violencia psicológica hacia la mujer: ¿ cuáles son los factores que aumentan el riesgo de que exista esta forma de maltrato en la pareja?* . Salud colectiva, v. 13, p. 611-632, 2017.

SALES, S. R.; PARAÍSO, M. A. *O jovem macho e a jovem difícil: governo da sexualidade no currículo*. Educação & Realidade, v. 38, n. 2, p. 603-625, 2013.

SALGADO, R. G. *Da menina meiga à heroína superpoderosa: infância, gênero e poder nas cenas da ficção e da vida*. Cadernos Cedes, v. 32, n. 86, p. 117-136, 2012.

SÁNCHEZ BELLO, A. *La división sexual del trabajo docente: procesos discursivos y realidades sobrevenidas*. REIFOP, 15 (3). 2012.

SANTOS, A. C. C. *Formação de professoras(es) em gênero e sexualidades: novos saberes, novos olhares*. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis. Anais eletrônicos, n. 9, 2010.

SANTOS, A. C. D.; GASPARIM, C. A.; MONTEIRO, G. M.; BRITO, M. R.; SILVA, V. M. *Relato de Experiência: Construção e Desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) sob a Perspectiva da Sexualidade na Adolescência*. Revista Brasileira de Educação Médica, 43(4), 193-199. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-52712015v43n4rb20180248>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

SANTOS, C. P.; BARBOZA, E. C. S.; FREITAS, N. O.; ALMEIDA, J. C.; DIAS, A. C.; ARAÚJO, E.C. *Adesão ao uso do preservativo masculino por adolescentes escolares*. Revista Brasileira Pesquisa em Saúde, Vitória, 18(2): 60-70, abr-jun, 2016

SANTOS, N. J. S. *Mulher e negra: dupla vulnerabilidade às DST/HIV/AIDS*. Saúde e Sociedade, v. 25, p. 602-618, 2016.

SANTOS, R. N. M. S.; ALCÂNTARA-ELIEL, R., *A ciência e o novo Estado do Conhecimento: a contribuição da Ciência da Informação*. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação [en linea]. 2006.

SANTOS, W.A.; ALVES, F. *Avaliação do conhecimento sobre o tema transversal “Educação Sexual”*. Revista Formação Docente. 2016

SANTOS, W. S.; VILELA, A. B. A.; NERY, A. A.; CARVALHO, P. A. L.; OLIVEIRA, Z. M. *Conhecimento socialmente construído sobre DST: representações de adolescentes*. Revista de Saude Complementar, n.9, v. 12, 33-39 p., 2013.

SAYÃO, Y. *Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários*. In: Groppa Aquino, J. (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus Editora, 107-118 p., 1997.

SEFFNER, F.; REIDEL, M. *Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto*. Currículo sem Fronteiras, v. 15, n. 2, p. 445-464, 2015.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHO, M. P. *Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos*. Cadernos de Pesquisa, v. 45, n. 158, p. 944-968, 2015.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. *O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões*. Revista Educar, Curitiba: Editora UFPR, n. 31, p. 169-189, 2008.

SILVA, A. P. O. *Notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE*. Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004.

SILVA, M. J.; ARANTES, A. S. *Questões de gênero e orientação sexual no currículo, a partir da BNCC*. In: IV CONEDU Congresso Nacional – Educação, 2017.

SILVA, F. C. *Práticas pedagógicas cotidianas da EJA: memórias, sentidos e traduções formativas*. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2016.

SILVA, R. C. P.; NETO, J. M. *Formação de professores e educadores para abordagem da Educação Sexual na escola: o que mostram as pesquisas*. *Ciência & Educação*, v. 12, n. 2, p. 185-197, 2006.

SOARES, L. *Educação de jovens e adultos - O que revelam as pesquisas*. Autêntica Editora, 2020.

SOIHET, R. *A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz*. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n.15, 97-117 p., 2000.

SOUSA, B. C. D.; SANTOS, R. S. D.; SANTANA, K. C.; SOUZAS, R.; LEITE, Á. J. M.; MEDEIROS, D. S. D. *Comportamento sexual e fatores associados em adolescentes da zona rural*. *Revista de Saúde Pública*, 52, 39. 2018.

SOUZA, M. M. *Entre vírus e Bacillus: a Educação Sexual no início do século XX*. 2009.

SOUZA, M. C. R. F.; FONSECA, M. C. F. R. *Territórios da casa, matemática e relações de gênero na EJA*. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 148, p. 256-279, 2013.

SPAZIANI, R.B.; MAIA, A.C.B. *Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professoras*. *Revista Psicopedagogia*, v. 32, n. 97, p. 61-71, 2015.

SPIASSI, A. L.; FAUSTINO, D. M.; VISO, A. T. R.; CAVALHEIRO, L. O.; VICHESSE, D. F.; SANT'ANNA, V.; AKERMAN, M. *O movimento negro do ABC Paulista: diálogos sobre a prevenção das DST/Aids*. *Saúde e Sociedade*, v. 19, p. 121-133, 2010.

SWAIN, T. N. *Heterogênero: "Uma categoria útil de análise"*. *Educar em revista*, n. 35, p. 23-36, 2009.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; RONDINI, C. Al.; BESSA, J. C. *Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista*. *Educação e Pesquisa*, v. 37, n. 4, p. 725-741, 2011.

TORRES, D. S. *et al.* *Percepção dos presidiários sobre as infecções sexualmente transmissíveis (IST) com foco no HIV e HPV na unidade prisional de Parintins-AM.* 2019.

TORRES, M. A.; PRADO, M. A.. *Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders.* Educação & Realidade, v. 39, n. 1, p. 201-220, 2014.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S. *Modelos de Educação Sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública.* Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 69, p. 453-474, 2017.

WEEKS, J. *O Corpo e a Sexualidade.* In: LOURO, G. *O corpo educado pedagogias da sexualidade.* Editora Autentica, 2ª Ed., 2000.

WEN, D.; MA, X.; LI, H.; LIU, Z.; XIAN, B.; LIU, Y. *Empathy in Chinese medical students: psychometric characteristics and differences by gender and year of medical education.* BMC medical education, 13(1), 130. 2013.

WEREBE, M. J. G. *Sexualidade, Política e Educação.* Campinas, SP: Autores Associados. 1998.

_____. *Organisation sociale, pratiques sexuelles et religion: Le cas des trois religions monothéistes.* Editions L'Harmattan, 2007.

WILSON, K. L.; COWART, C. J.; ROSEN, B. L.; PULCZINSKI, J. C.; SOLARI, K. D.; ORY, M. G.; SMITH, M. L. *Characteristics associated with HPV diagnosis and perceived risk for cervical cancer among unmarried, sexually active college women.* Journal of Cancer Education, v. 33, n. 2, p. 404-416, 2018.

XAVIER FILHA, C. *Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância.* Educar em Revista, n. 1, p. 153-169, 2014.

ANEXO

ISSN	Periódico	Presença (P) Ausência (A)	Número de vezes
1043-4046	ADVANCES IN PHYSIOLOGY EDUCATION	A	-
1809-4422	AMBIENTE & SOCIEDADE	A	
0002-9505	AMERICAN JOURNAL OF PHYSICS	A	
2214-9996	ANNALS OF GLOBAL HEALTH	P	19
1068-2341	ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS / EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVES	P	3
1470-8175	BIOCHEMISTRY AND MOLECULAR BIOLOGY EDUCATION	P	1
0169-3867	BIOLOGY & PHILOSOPHY	A	
1472-6963	BMC HEALTH SERVICES RESEARCH	A	
1472-6920	BMC MEDICAL EDUCATION	P	2
1980-4415 0103-636X	BOLEMA : BOLETIM DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	A	
0210-5934	BORDON: REVISTA DE PEDAGOGIA	P	4
0042-9686	BULLETIN OF THE WORLD HEALTH ORGANIZATION	P	8
0101-3262	CADERNOS CEDES	P	6
0100-1574 1980-5314	CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS)	P	21
2177-6202	CALIDOSCOPIO	P	1
0145-8973	CHASQUI	P	1

1109-4028	CHEMISTRY EDUCATION. RESEARCH AND PRACTICE IN EUROPE	A	
1980-850X 1516-7313	CIÊNCIA & EDUCAÇÃO	P	5
1678-4561 1413-8123	CIÊNCIA & SAÚDE COLETIVA	P	1
1871-1502 1871-1510	CULTURAL STUDIES OF SCIENCE EDUCATION (ON LINE)	P	6
1645-1384	CURRÍCULO SEM FRONTEIRAS	P	2
1645-1384	EARLY CHILDHOOD EDUCATION JOURNAL	P	6
1678-4626	EDUCAÇÃO & SOCIEDADE	P	6
1678-4634	EDUCAÇÃO E PESQUISA	P	2
1517-9702	EDUCAÇÃO E PESQUISA (USP.IMPRESSO)	P	2
2175-6236 0100-3143	EDUCACAO E REALIDADE	P	17
1518-7926 2236-5192	EDUCAÇÃO EM REVISTA (UNESP. MARÍLIA)	P	1
1982-6621	EDUCAÇÃO EM REVISTA (UFMG)	P	5
0864-2141	EDUCACIÓN MÉDICA SUPERIOR	P	1
0187-893X	EDUCACIÓN QUÍMICA	A	
1984-0411	EDUCAR EM REVISTA	P	19
1682-3206	EDUCATION AS CHANGE	P	1
0013-1954	EDUCATIONAL STUDIES IN MATHEMATICS	A	
1809-4465 0104-4036	ENSAIO - AVALIAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	P	2
1983-2117 1415-2150	ENSAIO: PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS	P	3
0212-4521	ENSEÑANZA DE LAS CIENCIAS	A	

0143-0807	EUROPEAN JOURNAL OF PHYSICS	A	
2212-764X	EUROPEAN RESEARCH IN TELEMEDICINE / LA RECHERCHE EUROPÉENNE EN TÉLÉMÉDECINE	A	
0228-0671	FOR THE LEARNING OF MATHEMATICS	A	
0718-5006	FORMACIÓN UNIVERSITARIA	P	1
2236-3459 1414-3518	HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	A	
0378-1844	INTERCIENCIA (CARACAS)	A	
1414-3283 1807-5762	INTERFACE (BOTUCATU)	P	17
1539-3100	INTERNATIONAL JOURNAL OF DISTANCE EDUCATION TECHNOLOGIES	A	
0951-354X	INTERNATIONAL JOURNAL OF EDUCATIONAL MANAGEMENT	P	2
0949-149X	INTERNATIONAL JOURNAL OF ENGINEERING EDUCATION	A	
1750-3868	INTERNATIONAL JOURNAL OF MANAGEMENT IN EDUCATION	A	
0020-739X	INTERNATIONAL JOURNAL OF MATHEMATICAL EDUCATION IN SCIENCE AND TECHNOLOGY	A	
1661-8564	INTERNATIONAL JOURNAL OF PUBLIC HEALTH	P	11 (1BR)
1743-727X	INTERNATIONAL JOURNAL OF RESEARCH & METHOD IN EDUCATION	A	
1571-0068	INTERNATIONAL JOURNAL OF SCIENCE AND MATHEMATICAL EDUCATION	A	
0950-0693	INTERNATIONAL JOURNAL OF SCIENCE EDUCATION	A	
1740-2743	JOURNAL FOR CRITICAL EDUCATION POLICY STUDIES	A	
1648-3898	JOURNAL OF BALTIC SCIENCE EDUCATION	P	2
0021-9266	JOURNAL OF BIOLOGICAL EDUCATION	P	1
0885-8195	JOURNAL OF CANCER EDUCATION	P	1

0973-4082	JOURNAL OF EDUCATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT	A	
1055-8896	JOURNAL OF EDUCATIONAL MULTIMEDIA AND HYPERMEDIA	A	
2141-6990	***JOURNAL OF EMERGING TRENDS IN EDUCATIONAL RESEARCH AND POLICY STUDIES, MANCHESTER : SCHOLARLINK RESEARCH INSTITUTE JOURNALS	-	-
1539-3585	JOURNAL OF INFORMATION TECHNOLOGY EDUCATION	P	1
1741-1122	JOURNAL OF POLICY AND PRACTICE IN INTELLECTUAL DISABILITIES	P	1
1521-4842	JOURNAL OF REAL ESTATE PRACTICE AND EDUCATION	A	
1471-3802	JOURNAL OF RESEARCH IN SPECIAL EDUCATIONAL NEEDS	A	
1824-2049	JOURNAL OF SCIENCE COMMUNICATION	A	
1059-0145	JOURNAL OF SCIENCE EDUCATION AND TECHNOLOGY	P	16
2446-6220	LAPLAGE EM REVISTA	P	2
1365-2923 0308-0110	MEDICAL EDUCATION	P	11
2175-2753	META: AVALIAÇÃO	A	
1517-7599	PER MUSI (UFMG)	A	
1554-9178	PHYSICAL REVIEW SPECIAL TOPICS. PHYSICS EDUCATION RESEARCH	P	4
0031-9120 1361-6552	PHYSICS EDUCATION (BRISTOL.)	A	
1478-2103	POLICY FUTURES IN EDUCATION	P	2
0103-7307 1980-6248	PRÓ-POSIÇÕES (UNICAMP)	P	1
1413-8557	PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL	A	
0157-244X	RESEARCH IN SCIENCE EDUCATION	A	
0101-3289 2179-3255	REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE	A	

1809-449X 1413-2478	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	P	6
1413-6538 1980-5470	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	A	
0100-5502 1981-5271	REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA	P	4
0102-4744	REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA	A	
1806-1117 1806-9126	REVISTA BRASILEIRA DE ENSINO DE FÍSICA	A	
0034-7183	REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS	P	2
1130-2496	REVISTA COMPLUTENSE DE EDUCACIÓN	P	2
0124-5481	REVISTA DE EDUCACION DE LAS CIENCIAS	A	
0124-0064	REVISTA DE SALUD PUBLICA	P	7
2254-0059	REVISTA EDMETIC	A	
1607-4041	REVISTA ELECTRÓNICA DE INVESTIGACIÓN EDUCATIVA	P	1
1575-0965	REVISTA ELECTRÓNICA INTERUNIVERSITARIA DE FORMACIÓN DEL PROFESORADO	P	2
1697-011X	REVISTA EUREKA SOBRE ENSEÑANZA Y DIVULGACIÓN DE LAS CIENCIAS	A	
1138-2783	REVISTA IBEROAMERICANA DE EDUCACIÓN A DISTANCIA	A	
1646-401X 1645-7250	REVISTA LUSOFONA DE EDUCACAO	P	1
2175-3539	REVISTA PSICOLOGIA ESCOLAR E EDCUACIONAL	P	4
1445-6354	RURAL AND REMOTE HEALTH	P	2
1669-2381	SALUD COLECTIVA	P	7
1984-0470 0104-1290	SAÚDE E SOCIEDADE	P	6
0926-7220	SCIENCE & EDUCATION (DORDRECHT)	A	
0036-8326	SCIENCE EDUCATION (SALEM, MASS.)	P	7

1570-1824	STATISTICS EDUCATION RESEARCH JOURNAL	A	
0742-051X	TEACHING AND TEACHER EDUCATION	P	2
0268-3679	TEACHING MATHEMATICS AND ITS APPLICATIONS	A	
0732-3123	THE JOURNAL OF MATHEMATICAL BEHAVIOR	A	
0031-921X	THE PHYSICS TEACHER	A	
1863-9690	ZDM (BERLIN)	A	

***Journal of Emerging Trends in Educational Research and Policy Studies (JETERAPS)

ISSN: 2141-6990 <http://jeteraps.scholarlinkresearch.com>